

A decadência da classe trabalhadora

A crescente inviabilidade do trabalho assalariado
na Era da Informação

Lauro Monteclaro

2004

Índice

Introdução

Considerando como classe trabalhadora, de forma geral, todas as pessoas que vivem preponderantemente do trabalho assalariado, podemos afirmar que essa classe está em um inexorável processo de decadência. Pág. 4

Capítulo I – Vire Burguês ou passe fome

A classe trabalhadora está em decadência. Embora nunca tenha ocupado um papel de liderança e destaque na sociedade humana, sua posição está inexoravelmente condenada pelos novos eventos tecnológicos. Pág. 6

Capítulo II – O papel declinante do Estado

O novo paradigma tecnológico conduzirá a vitória final do mercado. Isso significará o fim do modo de vida da classe trabalhadora. Mas devemos tentar analisar até que ponto isso também significara o fim do Estado, como nós o conhecemos. Pág. 10

Capítulo III – O mercado e seus defeitos

A solução para o problema do trabalhador assalariado, é integrar-se a nova economia como empreendedor e não mais como “proletário”. As dificuldades da transição estão em parte, no que definimos como sendo o “mercado” e seus defeitos. Pág. 14

Capítulo IV – À volta do artesão

O fim do “modo de vida” baseado no trabalho assalariado, obrigará a atual classe trabalhadora a passar por uma ampla metamorfose, que em alguns casos, a remeterá de volta as suas próprias origens. Pág. 18

Capítulo V – Do artesão ao empreendedor

As novas tecnologias permitem o retorno de grande parte da classe trabalhadora ao modo de vida do artesão. Para que isso seja viável, é fundamental a incorporação do conceito de “classe empreendedora” em substituição as antigas definições de burguesia e proletariado. Pág. 21

Capítulo VI – Especialização e alienação

O novo paradigma tecnológico tende a destruir o modo de vida da classe trabalhadora, mas lhe abre as possibilidades do empreendedorismo. A transformação no entanto, passa pela superação de dois obstáculos: A alienação dentro do processo de produção e as ideologias coletivistas. Pág. 24

Capítulo VII – A Superação do coletivismo

As novas tecnologias da Era da Informação obrigam o trabalhador a atuar diretamente no mercado. Depois do rompimento com a alienação do processo produtivo, a transformação do trabalhador em empreendedor passa pela superação das ideologias coletivistas. Pág. 27

Capítulo VIII – As novas insanidades

A nova realidade tecnológica obriga a classe trabalhadora a se libertar de suas amarras ideológicas e a reivindicar sua participação no mercado. Mas, novas ameaças de insanidade rondam por toda à parte. Pág. 30

Capítulo IX – Uma ideologia de transição

Os trabalhadores, em sua luta por um espaço no mercado global, talvez precisem de um conjunto de idéias que facilitem uma transformação do atual quadro que os mantém excluídos. Pág. 34

Capítulo X – Anarquismo individualista e a ética do hacker

A ideologia que melhor se encaixa nas necessidades de uma completa libertação dos trabalhadores, de modo a permitir-lhes um acesso direto aos mercados é o anarquismo individualista, identificado contemporaneamente com o Hacker. Pág. 38

Capítulo XI - A economia solidária

Depois do anarquismo em sua versão informacional, a ética do hacker, a classe trabalhadora conta com a economia solidária para impulsionar seu processo de inserção no mercado. Pág. 42

Capítulo XII – Superando o capitalismo

Apesar de ser um instrumento de inserção da classe trabalhadora no mercado, a economia solidária pode, se bem conduzida e interpretada, desempenhar um papel fundamental na superação do sistema de produção atual. Pág. 46

Conclusão. Pág. 50

Bibliografia. Pág. 52

Introdução

Essa obra é uma pequena contribuição ao debate sobre uma das questões que considero da maior importância para os destinos da humanidade no terceiro milênio. A extinção progressiva do trabalho assalariado.

Esse processo está sendo motivado pela revolução dos processos de produção de bens e serviços, baseada nas tecnologias de informação e telecomunicações, nos novos métodos gerenciais, e no novo ambiente político, francamente favorável às classes produtoras.

Na verdade esses três fatores se relacionam muito intimamente. O que nos leva a concluir que não se trata apenas de um momento histórico particular mas sim uma tendência muito mais ampla e de consequências duradouras.

Se considerarmos genericamente como classe trabalhadora, todas as pessoas, que em qualquer parte do mundo, compartilham a condição de viverem do trabalho assalariado, nossa conclusão é que essa classe está em decadência.

Vamos mais longe. Consideramos que o “fim da história”, no sentido em que essa é vista como a história da luta de classes, termina com a vitória indiscutível da burguesia e não do proletariado.

Concluimos que esse processo é irreversível. Não ocorre por meio de movimentos políticos ou ideológicos e sim devido à revolução da microeletrônica. Ao contrário das assim chamadas revoluções industriais do passado, essa não pretende aumentar a força nem a velocidade do ser humano e sim substituir sua inteligência.

Além disso, não se trata apenas de uma revolução restrita à indústria. O novo paradigma tecnológico modifica os processos de trabalho na agricultura, no comércio e na prestação de serviços com a mesma intensidade.

Os empregos não terão um fim abrupto, na verdade os índices de desemprego irão se manter razoavelmente sob controle por longo período. Mas a renda média do trabalhador sofrerá quedas contínuas até inviabilizar seu “modo de vida”.

Nossos textos seguintes tentam abordar esse processo de decadência e suas consequências mais prováveis. Entre elas, prevemos uma contínua transformação do trabalhador assalariado em empreendedor.

Em resumo, consideramos que a solução para o problema do emprego é acabar com ele, ampliando e democratizando, de todas as formas possíveis, as oportunidades de inserção direta de todos no mercado global. A melhor maneira de ajudar os trabalhadores é convertê-los em burgueses.

Entendemos por burguesia, na Era da Informação, as classes de pessoas que devem seu sustento e realização pessoal, às múltiplas atividades conectadas às grandes redes globalizadas de produção e comercialização de bens e serviços, voltados diretamente para os mercados consumidores.

Sempre que possível, diferenciamos o papel do capitalista, o indivíduo possuidor de capital financeiro ou o investidor, do papel do empreendedor. Consideramos que são os segundos os responsáveis pelas inovações tecnológicas e pela geração da riqueza.

Por outro lado, usamos de forma um tanto indiferenciadas as expressões “artesãos”, “proletários” e “trabalhadores”. Isso porque nossa tese central é que existe um forte vínculo cultural comum a esses grupos de pessoas.

Em alguns textos, a expressão “burguês” é usada no seu sentido histórico mais técnico. Referindo-se aos habitantes dos burgos. As cidades construídas nos pontos estratégicos das grandes rotas de comércio. É nesse sentido que nos referimos ao artesão burguês, em oposição ao artesão cujo trabalho se destina apenas a sua comunidade.

Acrescentamos que o uso dessas expressões não pretende seguir as categorizações marxistas clássicas. Em todos os casos são mencionadas devido a seu uso ser mais do que consagrado e de ser de compreensão imediata.

Como não pretendemos criar uma obra acadêmica, evitamos ao máximo, citações de textos, tabelas e quadros estatísticos. Apresentamos no final uma bibliografia completa de referência.

Taubaté, primavera de 2004.

Capítulo I – Vire Burguês ou passe fome

A classe trabalhadora está em decadência. Embora nunca tenha ocupado um papel de liderança e destaque na sociedade humana, sua posição está inexoravelmente condenada pelos novos eventos tecnológicos.

O que são classes sociais? Essa definição nunca foi muito fácil de entender e pode variar bastante entre sociedades diferentes e épocas afastadas. Mas, de forma didática, podemos dizer que todas as civilizações, sempre tiveram quatro grupos distintos de pessoas, cujas atividades tem características bem específicas: Os sacerdotes, os guerreiros, os comerciantes e os operários.

Na Índia, o sistema de castas, embora muito mais complexo, se baseia nisso. Nos antigos impérios, na antiguidade clássica, na China e no Japão feudais, no mundo islâmico e no ocidente cristão, esse esqueleto social básico nunca variou muito.

Com raras exceções, os sacerdotes e guerreiros se alternavam no poder e os comerciantes e operários na produção e circulação da riqueza. Todos sabiam o seu lugar, e mesmo guerras devastadoras, rebeliões, fim de dinastias e queda de impérios, desastres naturais, fome e epidemias, pouco alteravam essa ordem.

Mas na Europa alguma coisa aconteceu que mudou essa ordem aparentemente natural e eterna. O que teria sido? Muito se falou no papel da pólvora, da imprensa, das grandes navegações, etc. Mas os chineses já conheciam a pólvora, a bússola e a imprensa. Também construíam navios maiores do que os europeus. Os árabes criaram o sistema decimal, já conheciam e utilizavam a bússola e eram bons navegantes e exímios geógrafos.

Então se a tecnologia teve papel importante mas não fundamental, o que de fato ocorreu? Proponho que a reforma protestante tenha tido um papel muito mais fundamental do que alguns lhe atribuem. O cisma no mundo cristão ocidental, não foi consequência apenas de divergências religiosas, mas sim de um profundo processo de “subversão” de valores.

Ao contrário das simples alternâncias de poder entre famílias ou clãs rivais ou dos cismas provocados por querelas teológicas, houve uma ruptura sem precedentes da “ordem natural” das coisas, quando um simples frade obteve sucesso ao enfrentar a antes onipotente igreja católica.

Talvez esse tenha sido de fato, o primeiro conflito realmente “ideológico” da história. Isso fez com que ambos os lados empregassem recursos que iam além das armas militares e das intrigas políticas. A “destruição mútua” resultante, teve um alcance muito maior do que as batalhas e os massacres de “hereges”. Levou um número inédito de pessoas a questionar praticamente tudo.

É nesse clima que a ciência e a tecnologia passam a subverter de fato a “harmonia” da sociedade. Esse efeito, já era temido muitos séculos antes, pelos imperadores chineses, por exemplo. Daí seu empenho em tornar praticamente inócua, a tecnologia de que dispunham.

As armas de fogo tornaram as ordens de cavalaria obsoletas. Um mosquete podia ser mais letal do que toda a parafernália de armas antigas, que levavam uma vida inteira de treinamentos para ser dominada. A imprensa podia por ao alcance de um número imenso de pessoas, os livros sagrados, os clássicos e as novas idéias “subversivas”. Isso solapou a autoridade do clero, cuja legitimação, na prática, estava ligada ao domínio exclusivo desse saber.

O resultado, nós aprendemos nos livros escolares, foi a irresistível ascensão da “burguesia” em todo o ocidente cristão. E dele, para o resto do mundo. Consideramos que após um longo período de evolução e conflitos, formou-se uma sociedade em que passaram a conviver apenas “capitalistas” e “trabalhadores”, em meio a uma sociedade igualitária e sem privilégios. A riqueza de alguns, seria produto de sua melhor capacidade de adaptação às leis do mercado capitalista.

Para os marxistas, houve apenas um avanço da classe burguesa, que passou a ser dominante e se apropriou do Estado e de todas as suas instituições. Um novo processo de ruptura, (a revolução) levaria finalmente ao domínio da classe mais numerosa, o proletariado, o que significaria na prática, ao fim das classes sociais e da história.

Mas as coisas não parecem ser assim. O que será que deu errado? Creio que o problema está na ordem em que se fez a análise das classes sociais. Sempre consideramos que a nobreza e o clero se alternavam no poder. Mas jamais colocamos em dúvida a idéia de que a classe burguesa tenha sido sempre dominante sobre o proletariado. Seria de fato assim?

Creio que não. E a razão é simples. O que consideramos como “classe burguesa” ou “capitalistas” ou “empresários”, nada mais é do que a evolução do antigo “mercador”, na realidade a classe considerada a mais desprezível de todas.

Isso fica muito claro quando estudamos as mais diversas manifestações de atividade “burguesa”, ao longo da história. Na Grécia e na Roma antigas, o comércio era tido como atividade essencialmente parasitaria, os escravos podiam ser comerciantes mas jamais proprietários de terras, por menores que fossem. Na idade média, as profissões que envolviam apenas dinheiro, eram relegadas aos judeus. No Japão medieval o camponês era considerado hierarquicamente superior ao comerciante.

As palavras para “comércio” e “usura” em quase todas as línguas tem um sentido pejorativo. Existe sempre o consenso de que o comerciante e principalmente quem manipula dinheiro, é um parasita, vivendo sem exercer nenhuma atividade útil. O “trabalhador”, por mais humilde que seja, é “moralmente” superior ao comerciante e ao banqueiro.

Qual seria a explicação para isso? Acho que isso está diretamente ligado a natureza da atividade do “mercador”. O guerreiro se liga a sua honra, o sacerdote à divindade a qual serve, o camponês e o artesão ao trabalho que executa. Todos podem se conectar a alguma forma de crença, segura e estável. Só o mercador vive da razão mais crua e despida de ilusões, magia e certezas.

Não é de estranhar que tenham sido pessoas assim, ou seus filhos intelectuais, os primeiros a pregar o reino da “razão” que deveria se opor ao da magia e da superstição.

A ciência exata, com a matemática e a física é que deveriam servir de parâmetro e de juiz final. Nada de conceitos baseados em sentimentalismos e “autoridades” apenas formais. Todo o poder aos números e as medidas. A matéria prima dos burgueses.

Portanto a verdadeira subversão da ordem é o domínio da sociedade pela atividade burguesa. Até hoje ficamos escandalizados ao ver espetáculos esportivos, atividades religiosas ou cívicas, serem “poluídas” por anúncios comerciais. É por isso que sacerdotes, militares e profissionais liberais aceitam ser identificados com “trabalhadores”. Mas ficam tremendamente ofendidos se comparados a “mercadores”.

Um militar “serve” a sua pátria, o padre ou pastor “labuta” em prol de seu rebanho. Dizer a um militar que ele “vende” sua habilidade bélica ou que um sacerdote “mercadeja” seus sermões é um modo de ofende-los gravemente. Mas é exatamente isso que todos fazem. Incluindo-se ai o proletário, Na realidade o que vem a ser um emprego? Um torneiro mecânico ou um contador são apenas pessoas que vendem seus serviços por tempo indeterminado.

É essa a verdadeira subversão da ordem. Marx foi o primeiro a dar o devido valor ao fato de que a lógica do capitalismo, invertia a lógica que deveria ser a mais “justa”. Ou seja a seqüência produto-dinheiro-produto, é substituída por dinheiro-produto-dinheiro.

Em outras palavras, tudo passa a ser mercadoria e tem seu valor referenciado apenas em função do seu valor de troca, pelo mercado. E o mercado é o campo de batalha, a igreja, o templo, a roça, a fábrica e o escritório do burguês. O mercado é o único mundo real, sem fantasias e sem certezas. O mercado é ateu e impessoal., e é por isso que todos gostam de evita-lo.

É por essa mesma razão que todas as utopias sociais, antigas e modernas, procuram livrar-se dele. O mercado é o mundo real. As honrarias, as patentes, as comendas, os títulos, os diplomas, os certificados e a carteira assinada, são ilusões, criadas apenas pelos homens e que portanto, só tem valor caso possam ser trocadas por mercadorias.

Com o fim da hegemonia das antigas classes dominantes, todos passaram a ser “trabalhadores”. Os militares, os sacerdotes, os políticos, os intelectuais, os profissionais liberais, os artistas, etc. Até mesmo os industriais, comerciantes, banqueiros e latifundiários passaram a se intitular “classes produtoras”.

Por que será assim? É simples. A condição de membro da “classe trabalhadora” é a única que permite manter alguns privilégios, direitos adquiridos e garantias, independentes da terrível realidade do mercado, frio e indiferente.

O problema é que as novas tecnologias do terceiro milênio tendem a levar os verdadeiros trabalhadores a ter a mesma sorte que as outras duas classes desaparecidas. Os robôs “inteligentes” e as redes de computadores logo eliminarão um número suficiente de empregos de forma a inviabilizar o atual modo de vida “proletário”.

Ao trabalhador restará optar por empregos cada vez mais subalternos e mal remunerados ou “trabalhar por conta própria”, “administrar a si mesmo”, “vender-se como produto” e outras formas tortuosas de dizer: “Vire burguês ou passe fome”.

Toda a sociedade irá tendo de se ajustar à nova realidade. Todos irão passar pelo temido teste do mercado. Militares, sacerdotes, artesãos e operários, intelectuais, funcionários públicos e profissionais liberais, irão enfrentar as incertezas do cotidiano. Será o fim definitivo de qualquer forma de vida planejada e previsível.

O “triunfo da razão” não será a vitória final do proletariado e sim o do mercado, o verdadeiro mundo da racionalidade e da objetividade.

Capítulo II – O papel declinante do Estado

O novo paradigma tecnológico conduzirá a vitória final do mercado. Isso significará o fim do modo de vida da classe trabalhadora. Mas devemos tentar analisar até que ponto isso também significara o fim do Estado, como nós o conhecemos.

Já vimos que os avanços tecnológicos sempre foram os responsáveis reais pela eliminação, primeiro da supremacia e depois da própria existência das classes sociais dominantes. Também podemos concluir que o mesmo se aplica à classe trabalhadora, apesar de não ter em nenhum momento exercido o poder.

As novas tecnologias, baseadas nos robôs, computadores e telecomunicações, obviamente não irão eliminar o trabalho e sim o trabalhador. Isso não é um paradoxo. Sempre podemos fazer uma distinção clara entre “emprego” e “trabalho”. Sendo que o primeiro conceito se refere ao modo de vida de um determinado grupo de pessoas, enquanto o segundo pode prescindir do primeiro.

Podemos ter trabalho executado por escravos, animais ou máquinas, por exemplo. Mas o conceito de emprego se aplica somente ao trabalhador, enquanto homem livre, e membro da sociedade humana organizada. De forma genérica podemos dizer que o trabalho está ligado ao mercado, enquanto o emprego está ligado ao Estado.

Isso quer dizer que os conflitos entre mercado e Estado influenciam profundamente a relação entre trabalho e emprego. Sendo o emprego uma relação social entre pessoas com interesses divergentes, suas regras acabam sendo estabelecidas pelo Estado.

Já vimos também que o mundo da racionalidade e da objetividade é o mercado, em oposição ao universo “mágico” do Estado. Concluimos que o “triunfo da razão” pregado pelos primeiros revolucionários, coincide com a vitória do burguês e não do proletário.

Quando Karl Marx estabeleceu a questão fundamental de que não havia explicação racional para a apropriação “preferencial” da mais valia pelo dono do capital, uma vez que o capital também é trabalho (acumulado), sua conclusão foi a de que, ao contrário de haver um mercado livre, o que existia de fato era a “luta de classes”.

Em outras palavras, o que Marx estava afirmando era que de fato não se podia dizer que a relação entre capital e trabalho, fosse de fato “capitalista”. De novo, isso não é um paradoxo. O poder do capitalista, para impor um “contrato” em que apenas ele leva vantagem, não é baseado no mercado, e sim em sua capacidade de controlar o Estado.

Adam Smith já criticava abertamente as leis que permitiam aos empresários se organizar de modo à “adulterar” o mercado. Notava que ao mesmo tempo, as “combinações” entre trabalhadores eram sempre proibidas. Essas leis eram impostas pelo poder dos Estados e nunca pelos mercados.

Logo, para os marxistas, a solução era a apropriação, pelo trabalhador, do poder do Estado. Para os liberais, a solução é a eliminação do poder do Estado de interferir na economia seja de que “lado” for. Daí termos uma espécie de encruzilhada histórica.

De um lado os que defendiam o “Estado proletário” e de outro os que apostavam na onisciência do mercado.

A história mostrou que as tentativas de controle do mercado, causaram uma hipertrofia do Estado. A solução mais radical, a tentativa da substituição do mercado por um sistema de planejamento, foi de longe a pior solução. É por isso que o colapso da URSS, ao contrário do que sempre acontecia com os impérios do passado, foi pacífico.

Os Estados “comunistas” não foram derrotados por outros Estados mas sim pelo mercado, ou pela falta dele. O poder da URSS não foi contestado pelos EUA ou qualquer outro país, ele sucumbiu à insatisfação de seus próprios cidadãos. A China, prudentemente se “rendeu”, de novo, não diante de canhões e mísseis, mas do invencível “mercado”.

O “dirigismo” dos países ocidentais e o “desenvolvimentismo” do terceiro mundo, sucumbiram a inevitável alienação, causada pelo afastamento de seus Estados, da realidade representada por seus mercados.

Então isso representa o “fim da história”? A democracia e o livre mercado venceram e agora as relações entre cada agente econômico é pautada pelo mundo real. O livre comércio global, sem as desastrosas interferências alienantes dos governos, sempre irresponsáveis, corruptos e perdulários, promoverá a nova utopia? Não é o que temos visto.

Por outro lado é inegável que os cidadãos em todo o mundo, nunca foram tão livres. Conta-se nos dedos os países onde vigoram sistemas totalitários. Por toda a parte há eleições. Em muitos países o poder foi conquistado por partidos socialistas, social-democratas, trabalhistas, etc.

Os sindicatos e associações de trabalhadores nunca desfrutaram de tanta liberdade. Centrais sindicais se formam e influem a vontade na política. Organizações não governamentais completam o arsenal de instrumentos de pressão a favor dos menos favorecidos. Mas os trabalhadores estão cada vez mais vulneráveis.

Vemos quedas espetaculares de renda do trabalho por todo o mundo. Nos EUA os empregos pioram de “qualidade” a cada ano. Sindicatos gigantescos negociam aumentos de jornada de trabalho sem remuneração na Europa. Propostas de “flexibilização” das leis trabalhistas partem até mesmo de líderes sindicais.

O que estaria provocando os enormes recuos nas históricas conquistas das classes trabalhadoras? A resposta está no novo paradigma tecnológico. Os novos sistemas de produção de bens e serviços, reduzem cada vez mais a necessidade de mão-de-obra. Isso é um dado objetivo, e portanto se reflete no mercado. Mais precisamente no mercado de trabalho.

Como a nova vitória da “burguesia” se dá no mercado e não no âmbito do Estado, as transformações não podem ser mais enfrentadas como no passado. Isso explica a quase ausência de resistência do “proletariado” ao seu próprio desmantelamento.

Ignorando a nova realidade tecnológica, movimentos populares, partidos políticos e pensadores acadêmicos, ficam a mercê do paradoxo. Regimes democráticos, eleições gerais, sindicatos livres, leis favoráveis ao trabalhador e partidos “operários” no poder, convivem impotentes, com a lenta agonia da classe trabalhadora.

Existe saída? Sim, mas é necessário que duas coisas sejam entendidas pelas lideranças populares. A primeira é que o poder do Estado não pode mais salvar o antigo modo de vida, porque os Estados nacionais logo se tornarão meros “prestadores de serviços” do mercado. A segunda é que a classe trabalhadora deve seguir o exemplo das outras duas que lhe antecederam, ou seja, virar “burgueses”.

As elites do passado, tinham sua riqueza ligada a todo tipo de fórmulas “mágicas” para legitimar sua supremacia, como os títulos, comendas, honrarias, etc. Mas “tudo que era sólido, se desmanchou no ar”. Lentamente, foram “caindo na real” e se tornando empresários, financistas, negociantes, etc. Os que não conseguiram, viram trabalhadores.

O que era antes atributo de “mecânicos”, “mercadores” ou atividade de “judeus”, virou sinônimo de aristocracia. O novo “império” não tem mais duques, barões ou cardeais. Tem “reis” do aço, do petróleo, do software, do cinema, das pizzas, dos hambúrgueres e até dos cassinos e da pornografia. Os profetas foram substituídos pelos “analistas de mercado”. O “velho usurário” é agora um “mega-investidor”, oráculo da maior importância e respeitabilidade.

Alguns dirão que as antigas classes dominantes eram em número muito menor e portanto, foi muito mais fácil para eles. Não é tão simples assim. A principal dificuldade em “aceitar o mercado”, está na necessidade de mudança de mentalidade. E aí, não existe nenhuma diferença.

A crença num mundo “mágico”, marcado por “direitos adquiridos” e “preços justos”, pode ser tão difícil de superar para um velho aristocrata, quanto à idéia de “empregos vitalícios” e “salários justos” para um trabalhador, educado assim por várias gerações.

A tarefa mais urgente portanto, não é defender os trabalhadores e sim evitar que os jovens queiram se tornar um deles. Cabe aos intelectuais e líderes populares, ensinar o “sem-capital” a pensar como “burguês” e não mais como “proletário”. Para os que gostam, isso é que é de fato subversivo!

Ensinar noções de implantação e administração de negócios, marketing e vendas, é muito melhor do que falar de revoluções fracassadas de um passado distante. Não de um peixe, nem se de ao trabalho de ensinar a pescar, os barcos com equipamentos computadorizados fazem isso quase sozinhos. Explique como se ganha dinheiro “no ramo de pescado”.

A solução para o problema do trabalhador é acabar com o trabalho assalariado como único meio de subsistência. A transição pode ser feita por meio de cooperativas (lucrativas) e economia solidária, levada a sério, e devidamente inserida no mercado.

Conscientizar alguém, não pode mais ser o processo de fazê-lo identificar-se com uma classe social em extinção.

Capítulo III – O mercado e seus defeitos

A solução para o problema do trabalhador assalariado, é integrar-se a nova economia como empreendedor e não mais como “proletário”. As dificuldades da transição estão em parte, no que definimos como sendo o “mercado” e seus defeitos.

Já concluímos que, diante do novo paradigma tecnológico, a classe trabalhadora tenderá a uma irresistível decadência. Isso porque seu “modo de vida” está ameaçado pelas novas tecnologias substitutivas de mão-de-obra. Concluímos também que a solução do problema passa pela tomada de consciência de que o futuro é a soberania do mercado.

Antes se falava da “proletarização” progressiva de vários tipos de atividades, que no passado, tinham um status mais alto. Seria o caso dos profissionais liberais, sacerdotes e militares. Vimos que na realidade, a condição de “trabalhador” é a única que resta em que o emprego e a renda são direta ou indiretamente regulamentados pelo Estado.

Com o enfraquecimento inexorável do Estado, cada vez mais impotente diante do mercado globalizado, a “saída” para todos seria um processo de “aburguesamento” geral. Em outras palavras, as sociedades do futuro passarão a se organizar apenas em torno de seus interesses dentro do mercado.

Os atuais Estados nacionais tenderão a desaparecer, tragados pela formação de blocos econômicos como a União Européia, ALCA, etc. Dada a enorme diversidade de interesses que esses blocos deverão administrar, seu perfil será obrigatoriamente o do “Estado mínimo”, preconizado pelos neoliberais.

Mas como as populações em geral passarão da condição de trabalhadores para a de empreendedores? Haveria oportunidades de negócios em número suficiente para que milhões de pessoas se tornem empresários? A resposta está em que é muito mais factível criar alguns milhares de negócios do que vários milhões de empregos.

É claro que devemos pensar em uma mudança radical de paradigma no que se refere ao funcionamento do Estado e do mercado, de maneira a facilitar ao máximo essa transformação, que aliás, já está em curso.

Devemos começar por uma análise da natureza do mercado. Já vimos que o mercado é o espaço do real por excelência. Na verdade o mercado é o terreno da racionalidade e da objetividade, em oposição ao universo “mágico” do Estado. O conflito primordial entre o comprador e o vendedor, obedecendo-se certas regras, é uma alternativa a guerra, onde não há regra nenhuma.

Isso significa que o mercado é de longe o melhor mecanismo para se administrar os conflitos humanos em geral. O problema é que o mercado é apenas isso. Um espaço de conflitos “civilizado”. Tentar atribuir-lhe propriedades “mágicas” como fazem os neoliberais é um grande erro.

Na verdade, as ideologias que se identificam como defensoras do mercado, tendem a idolatra-lo, de modo idêntico aos que se dedicam a louvar e a servir (com generosas recompensas) ao Estado. Os neoliberais por exemplo, acabam transferindo para o mercado tudo o que eles próprios chamam de “fetiche” dos governos. A “mão invisível”, a suposta onisciência e infalibilidade, são reminiscências dos atributos das divindades do universo pré-racionalista.

Já dissemos que o mercado é um espaço sem fantasias e nem certezas, ateu e impessoal. E é por isso mesmo que ninguém deve ter qualquer ilusão sobre suas possibilidades de se transformar em uma panacéia universal. O mercado nunca promoverá “justiça social” ou “distribuição de renda”.

Ele é no máximo uma alternativa a apropriação violenta, seja de bens, seja do trabalho de outras pessoas. O mercado é o espaço onde interagem apenas interesses. Tudo é reduzido a condição de mercadoria. Para se sair bem nessa arena, qualquer um deve passar por um completo processo de “desilusão”, no bom sentido.

O trabalhador deve entender a suprema verdade de que “não existe almoço grátis”. Assim, as alternativas ao desemprego, como as cooperativas e as demais idéias que envolvem economia solidária, devem passar pelo crivo frio e impessoal do mundo real, ou seja do mercado.

As cooperativas devem se formar com o objetivo claro de obter lucros, quanto maiores melhor. As iniciativas de economia solidária, devem ter por princípio que o objetivo final é a recompensa financeira, e não a edificação “moral” e a construção de um mundo de “paz e amor”, livre da “imoralidade” do mercado.

Essa mentalidade, típica das iniciativas lideradas por igrejas e organizações com ideologias socialistas, acaba por levar a uma contradição insuperável. Propõem-se a atuar no mercado, mas pretendem que seus membros o desprezem. Em outras palavras, querem empreendimentos auto-sustentáveis, mas dirigidos por pessoas que pensam como “proletários” e não como “burgueses”.

Isso leva quase sempre ao fracasso. Experiências de autogestão de empresas, agricultura “familiar” em assentamentos, só sobrevivem com subsídios, doações ou outros tipos de transferências de recursos. O motivo é que as ideologias por traz dessas iniciativas, nutrem um profundo desprezo pelo mercado, visto como espaço exclusivo da inimiga “classe burguesa”.

A principal dificuldade apresentada pela transição entre o trabalhador e o empresário, é a falta de capital. Mas para um projeto viável, jamais faltara crédito. O problema está em que ninguém está disposto a financiar projetos em que a idéia de ganhar dinheiro é vista como uma espécie de “pecado” ideológico.

Na prática, os empreendedores capitalistas começam sem capital. É o conhecimento do mercado, a disposição em ganhar dinheiro e a confiança no produto ou serviço que convence os investidores em potencial a financiar o negócio.

De qualquer maneira, a nova “revolução burguesa” já está em andamento. Milhares de pessoas “excluídas” pelo mercado de trabalho, já estão se estabelecendo por conta própria. São os famosos empresários do “Eu S/A”, que se dedicam a tentar sobreviver com pequenos negócios, aproveitando “nichos” de mercado específicos.

Ocorre que as estruturas do Estado ainda são tremendamente hostis para com o mundo dos negócios de pequeno porte. Isso porque a mentalidade ainda majoritária é a de que o papel do Estado é o de “proteger” o trabalhador, a sociedade, o meio ambiente, etc, contra os abusos do empresário, visto sempre como um grande capitalista.

Daí que o “rito de passagem” dos trabalhadores para a condição de empresários, seja uma verdadeira odisséia. Tudo se passa como se ele, ao decidir-se por uma atividade em que não é mais “explorado”, passasse automaticamente a ser “explorador” e deixasse imediatamente de merecer a proteção do Estado, dos sindicatos, das ONG e assim por diante.

Todos parecem se importar com o desempregado, o “assentado”, a vítima da seca, etc. Mas o candidato a empreendedor é simplesmente deixado em meio ao “fogo cruzado”. De um lado, está a burocracia do Estado que insiste em trata-lo no mesmo pé de igualdade com que trata uma gigantesca corporação global. De outro estão as “imperfeições” do próprio mercado.

Sobre o primeiro problema, há pouco a acrescentar, qualquer um que já tenha tentado abrir uma microempresa, conhece o ambiente “kafkiano” em que se sente apanhado o candidato a “homem de negócios”. Mas contra isso já existe um certo consenso, e é cada vez mais visível a pressão pelo desmonte do Estado “mastodonte”.

Quanto às “pequenas falhas” do livre mercado, o consenso é bem menor. Ignoram-se solenemente as advertências, que já eram feitas por Adam Smith, sobre a tendência dos próprios capitalistas de sabotar a atuação das forças de mercado. A formação de trustes ou cartéis. Os monopólios tecnológicos. As fusões e as práticas comerciais discutíveis, por exemplo, parece ter subitamente desaparecido das análises econômicas.

A apropriação cada vez maior dos espaços públicos por interesses privados, é vista até com certa consideração. Os grandes escândalos envolvendo “criatividade contábil” são vistos como episódios isolados, sem relação com certas tendências do capitalismo contemporâneo.

Em resumo, a questão agora é a defesa intransigente do mercado realmente livre, inclusive daqueles que, mesmo identificados como empresários, não passam de êmulos do próprio Estado que criticam. Um mercado realmente livre não pode conviver com privilégios gerados pelo próprio poder econômico.

As lutas populares do futuro não serão mais por empregos, melhores salários ou benefícios e sim pelo direito pleno de participação no mercado. A nova “consciência de classe” passa pelo reconhecimento de todos como cidadãos livres, em busca de seus próprios e legítimos interesses.

Não reconhecer isso, é condenar milhões de pessoas a uma disputa absurda com robôs e computadores, cada vez mais habilidosos, eficientes e “inteligentes”, pelo direito de trabalhar. É fundamental reconhecer que se trata de uma luta perdida.

O “modo de vida”, em que alguém vende suas habilidades e/ou seus conhecimentos, está condenado pela tecnologia, e portanto não pode ser resgatado por alguma atitude política, por mais abrangente e poderosa que seja.

O proletariado enquanto classe social, suas idéias, costumes e tradições, seguem a nobreza e o clero a caminho dos museus. As velhas carteiras de trabalho logo irão fazer companhia às comendas, investiduras, títulos, escudos e brasões.

Capítulo IV – À volta do artesão

O fim do “modo de vida” baseado no trabalho assalariado, obrigará a atual classe trabalhadora a passar por uma ampla metamorfose, que em alguns casos, a remeterá de volta as suas próprias origens.

Sabemos que historicamente, a atual classe trabalhadora foi formada primeiro por camponeses que, expulsos de suas terras, acabaram por ser utilizados como mão-de-obra nas indústrias, então em processo de formação.

Em segundo lugar, os artesãos, tornados obsoletos pelo novo paradigma tecnológico, vieram a se juntar a eles. Por último, os profissionais liberais passaram aos poucos, a integrar as estruturas burocráticas e técnicas das empresas da era da produção em massa.

Nenhuma análise séria sobre a formação do que chamamos de proletariado, pode deixar de levar em conta os fatores tecnológicos envolvidos. Na realidade, cada etapa da evolução do processo de produção capitalista, está subordinada as exigências da tecnologia disponível.

Considerar que foram as necessidades do capital, as responsáveis por várias dessas transformações, é uma típica confusão criada por acadêmicos. O próprio modo como os capitais são acumulados, aplicados e reproduzidos, depende das condições tecnológicas de cada período.

Devemos nos lembrar que a classe burguesa antecede ao modo de produção capitalista. A fixação dos mercadores e artesãos nos pontos estratégicos, ao longo das grandes rotas de comércio, em geral, deu origem as cidades (burgos).

Isso quer dizer que “burguês” não eram apenas os comerciantes, mas também os artesãos. A razão de podermos considera-los como burgueses, é que sua produção, era destinada exclusivamente ao comércio. Ao contrário do artesão do campo, que fabricava artefatos para o consumo próprio ou no máximo da comunidade adjacente, o artesão “burguês” produzia para o mercado.

A diferença fundamental, é que o artesão não tinha necessidade de acumular capital. Numa sociedade em que os conhecimentos tecnológicos eram rudimentares e os meios de produção baratos, sua única preocupação era manter seu mercado sob controle. Para conseguir isso, criavam-se as corporações de ofício, com regras rígidas, que favoreciam apenas o produtor de bens e serviços. O consumidor deveria se submeter a elas.

Sabemos que o capitalismo nasceu quando o comerciante começou a perceber as vantagens de exercer maior controle sobre a disponibilidade de mercadorias. O passo seguinte, foi passar a produzi-las. Podemos mesmo afirmar que a história do capitalismo, é a história do controle da produção pela classe que antes apenas a comercializava.

Uma questão que deveria nos intrigar é: Por que os próprios artesãos jamais se interessaram em investir, eles próprios, em inovações tecnológicas? A resposta clássica é que eles não possuíam capital e portanto, mesmo que quisessem, não poderiam fazê-lo.

Isso não é muito coerente, porque a grande maioria dos primeiros empreendedores, também não possuía (e não possui até hoje) qualquer capital. Costumamos confundir o empresário, rico e bem sucedido, com a figura do “capitalista”. Mas isso não corresponde à realidade.

A história mostra que a imensa maioria das grandes empresas, sempre surgiu a partir da iniciativa de pessoas sem grandes recursos, às vezes inclusive de origem humilde, mas que conseguiram em um determinado momento, um providencial financiamento, vindo de uma ou mais pessoas que acreditaram em suas idéias.

Podemos concluir, que os artesãos também poderiam obter capital para ampliar e modernizar os seus negócios. Afinal eles detinham todos os conhecimentos sobre seu ofício. Qualquer inovação poderia ser imediatamente apropriada por eles. Possuíam inclusive os meios políticos para isso. Mas não o fizeram. Por que?

A resposta é que lhes faltava algo que só o comerciante, muito antes de sua metamorfose capitalista, possuía. O conhecimento do mercado e a disposição de servi-lo. Como vimos, apesar de viverem no mesmo espaço físico (o burgo), esses dois grupos de pessoas pensavam de forma diametralmente oposta. O comerciante era prático e objetivo, o artesão era apegado a tradições e rituais.

O comerciante capitalista apostava no mercado como um todo, e acreditava que lucrava mais ao servir ao consumidor. O artesão buscava o apoio das instituições do Estado e considerava o seu mercado, como propriedade, por direito adquirido. Tendia a se aliar às classes dominantes, que inventavam todo tipo de pretexto para se apropriar da riqueza gerada pela burguesia. Quase toda a obra de Adam Smith, gira em torno dessas questões.

Como o empreendedor não sabia produzir mercadorias, passou a “comprar trabalho” especializado do artesão. Devemos também recordar que os primeiros a utilizar mão-de-obra paga “por jornada”, foram os artesãos, sempre que o número de aprendizes era insuficiente para dar conta das tarefas mais simples. Assim, o camponês, recém chegado à cidade, virou “jornaleiro”.

Por um longo período, a produção capitalista conviveu com essa forma de organização do trabalho. Os artesãos trabalhavam em suas casas, detinham o controle de suas ferramentas, treinavam os aprendizes e contratavam jornaleiros. Só quando algum evento desastroso ocorria ao artesão, o capitalista acabava por se apropriar de todo o “esquema”.

Então surgiram as inovações tecnológicas. Todo um conjunto de máquinas, impulsionadas pela água e depois pelo vapor. Todas muito produtivas mas muito caras. De novo, não havia qualquer impedimento para que os artesãos se juntassem em sociedades por ações, fizessem empréstimos e adquirissem essas máquinas. Depois poderiam vender a produção ao comerciante, e dividir os lucros entre si. De novo não fizeram nada disso.

Karl Marx mostrava que a origem dos capitais era a “acumulação primitiva”. Forma jocosa de se referir às maneiras nada “laboriosas” e muito menos “meritórias” com que se deu a acumulação de capital e sua concentração, nas mãos de uns poucos privilegiados.

Mas ele deixa de lado o fato de que raramente os “acumuladores” primitivos se transformavam em “empreendedores”, figuras que alias, estão quase ausentes de sua obra. Na prática, o capitalismo depende tanto do capital acumulado quanto do empreendedor. E, à medida que a tecnologia e os mercados se tornam complexos, cada vez mais desses últimos.

Enquanto isso, o paradigma tecnológico ditava o cenário. Equipamentos que exigem grande concentração de capital e abundante disponibilidade de mão-de-obra, resultam em rígidas estruturas de produção, altamente concentradas e hierarquizadas. A tecnologia inovadora mas muito cara, acaba por absorver até mesmo o profissional liberal, incapaz de adquirir os novos equipamentos com recursos próprios.

Os “últimos artesãos” (engenheiros, pesquisadores, cientistas, advogados, economistas, etc) passam a integrar a burocracia técnica das grandes corporações. O modo de vida assalariado chega a seu auge a partir dos anos 50 do século 20. Mas a partir daí se inicia um processo de declínio.

O novo paradigma tecnológico dita um novo cenário: Equipamentos cada vez mais baratos e flexíveis permitem a substituição em massa da mão-de-obra, a descentralização da produção, a terceirização, a eliminação das estruturas hierárquicas e a expansão dos negócios pelo mundo todo. É a globalização da economia.

Mas se a consequência é o desaparecimento da utilidade do trabalho assalariado para o capitalista, isso não significa que as novas tecnologias sejam desfavoráveis ao trabalho em si. Vimos que o verdadeiro sucesso do empreendedor está no conhecimento do mercado, e não na sua suposta disponibilidade de capital.

Na verdade, grande parte do esforço das novas corporações, está em se livrar também da dependência de grandes capitais. Os sistemas “just-in-time” que reduzem a necessidade de estoques ao mínimo, tanto na indústria como no comércio varejista, não tem outro objetivo.

A substituição de grandes instalações industriais por complexas redes de pequenas fábricas espalhadas pelo mundo, é o segredo do sucesso das novas corporações globais. Muitas já chegam ao requinte de simplesmente não produzir absolutamente nada. Apenas administram cuidadosamente a sua “grife”.

Tudo indica que a exemplo dos computadores pessoais, os sistemas de automação flexível, de uso industrial, irão tornem-se cada vez mais baratos e simples de operar. Um cidadão de classe média já possui hoje, em forma de kits com furadeiras, aparafusadeiras, serras manuais, compressores, etc, ferramentas muito superiores as que eram usadas em indústrias do passado.

A base técnica flexível, que vai do chão de fábrica ao escritório de projetos, também abre a possibilidade de um retorno à era do artesão. Os novos sistemas de telecomunicações e movimentação de pequenos e médios volumes, viabilizam qualquer tipo de trabalho “sob encomenda” e/ou “personalizado”.

Portanto, uma das soluções para a crise irreversível da classe trabalhadora é o retorno ao modo de vida do artesão. Falta apenas assimilar a cultura do empreendedor.

Capítulo V – Do artesão ao empreendedor

As novas tecnologias permitem o retorno de grande parte da classe trabalhadora ao modo de vida do artesão. Para que isso seja viável, é fundamental a incorporação do conceito de “classe empreendedora” em substituição as antigas definições de burguesia e proletariado.

Vimos que dentro do novo paradigma tecnológico, a empresa global tende a descentralização da produção e ao estabelecimento de complexas redes de pequenas fábricas e escritórios, espalhados pelo mundo todo. O capital, na forma de investimentos de um grupo cada vez maior e mais pulverizado de pessoas, torna-se cada vez mais dependente das decisões da nova “classe empreendedora”.

Esse processo não é novo. Em suas obras “O novo estado industrial” e “Anatomia do poder”, John Kenneth Galbraith demonstra que, com o aumento da complexidade técnica e organizacional das grandes corporações, o poder de decisão passou definitivamente do acionista, ou “classe proprietária” para a “classe dos gerentes”, entendida como sendo o grupo de técnicos e burocratas realmente capazes de administrar, dentro das novas exigências tecnológicas.

Isso tem profundas implicações, pois demonstra que o capitalismo na realidade depende mais do empreendedor do que do próprio capital. Também demonstra que os avanços tecnológicos, tendem a reduzir cada vez mais o poder do proprietário do capital, em favor daqueles que detêm o conhecimento e a capacidade organizacional para utiliza-lo de forma útil.

A idéia de que o empreendedor é sempre um homem muito rico, não passa de mito. A grande maioria jamais teve (e continua não tendo) capital próprio, e seu sucesso se deve ao seu profundo conhecimento do mercado e das oportunidades que ele oferece.

Essas pessoas então passam a fazer parte do panteão dos “homens de visão” do mundo empresarial. Acumulam belas fortunas pessoais, passam a levar uma vida extravagante e deixam sólidos patrimônios aos seus descendentes. Daí a crença de que sempre dispuseram de capital. O que não é verdade. Mas acaba por impor a lenda de que para se ganhar dinheiro é preciso já possuir dinheiro.

É fácil ver que pessoas que já possuem dinheiro desde a infância, costumam perde-lo com enorme facilidade, quando se dispõem a bancar empreendedores. A maioria dos possuidores “sensatos” de capital, se limita a aplica-lo em negócios seguros, e desfrutar a vida despreocupadamente.

Mas o que seriam de fato os empreendedores? Qual é a sua exata relação com o mundo do capital e do trabalho? Essa definição é um tanto nebulosa. Isso porque ao longo da história, as qualidades que os definem já estiveram associadas a pessoas de diversas classes e ocupações, não se restringindo aos empresários da industria, comércio ou serviços.

Sabemos que um dos primeiros a utilizar o termo “entrepreneur” foi o economista francês Jean Baptiste Say, ele definia dessa forma pessoas capazes de “gerar valor” ao estimular o progresso econômico por meio de novas e melhores maneiras de fazer as coisas.

Para Joseph Schumpeter, empreendedorismo é um processo dinâmico e descontínuo de novas combinações de recursos. Em outras palavras, o conceito de empreendedor está diretamente ligado ao de inovação. Isso não se restringe a invenções, abrange novos produtos, novos meios de produção, identificação de novos mercados, exploração de novas matérias-primas e novas formas organizacionais. Em suma, ser empreendedor significa ser capaz de reorganizar recursos já existentes, mesmo os recém criados, com o objetivo de criar novas possibilidades.

Isso significa também que o empreendedor só pode surgir em um ambiente de liberdade de pensamento e ação, e em constante mutação. Fora das guerras e dos grandes eventos políticos, só há um lugar onde isso ocorre: O mercado, de preferência livre de regulamentações excessivas.

Devemos notar, que de certa forma, o fato de a civilização chinesa dispor de praticamente todas as invenções que foram decisivas para o desenvolvimento da Europa sem jamais utiliza-las, deveu-se ao fato de que sua cultura prezava acima de tudo a “harmonia”, o que é incompatível com o surgimento do empreendedorismo.

O próprio fracasso do socialismo real pode estar relacionado a isso. O Estado “proletário” se apropriou dos capitais da classe burguesa, mas pela sua própria natureza autoritária, impediu o surgimento de empreendedores.

Agora voltemos a uma questão fundamental. Em meio ao ambiente politicamente liberal e de constantes inovações tecnológicas que caracterizaram o nascimento do capitalismo, por que os antigos artesãos não se tornaram empreendedores? A resposta é que seu próprio modo de pensar era contraditório com as condições em que surge o empreendedorismo.

Seu apego às tradições e regras das corporações de ofício, sempre impregnadas de idéias religiosas e místicas, sua tendência a buscar apoio apenas nas instituições do Estado, sua firme crença de que só o trabalho monótono e constante pode merecer uma recompensa “justa”, impedia essa atitude “revolucionária”.

Ao se juntar aos camponeses transformados em operários urbanos, tendiam a liderá-los com base em seu maior conhecimento do “ofício”. Isso fez com que a cultura “mágica” do artesão, moldasse a formação das idéias da nascente classe trabalhadora assalariada. Os profissionais liberais, últimos a chegar, incorporaram essas crenças a sua cultura acadêmica, dando forma a toda uma complexa ideologia “proletária”.

A reação inicial dos proprietários do capital ao novo ambiente não foi muito diferente. Na história do capitalismo, é incrivelmente recorrente a figura do empreendedor visionário, tentando convencer o proprietário de terras ou o nobre endinheirado, sempre descrente do progresso e politicamente conservador, a financiar seus projetos.

Mas aos poucos, as notícias de sucessos fabulosos e de ganhos extraordinários, passaram a obscurecer os fracassos constrangedores. Isso convenceu os proprietários de capital de que a associação com os empreendedores era inevitável, se quisessem manter seus privilégios. As novas fábricas, ferrovias e empreendimentos comerciais eram o melhor lugar em que o dinheiro podia estar.

Essa é a verdadeira origem da burguesia moderna. A rara fusão entre o dono do capital e o empreendedor na mesma pessoa, criou todo o mito do capitalista como pessoa dinâmica e progressista para uns, e como figura inescrupulosa e um explorador impiedoso, para outros.

Karl Marx concordava plenamente com o papel revolucionário da burguesia. Mas para ele não havia uma separação clara entre o papel do capitalista e o do empreendedor. É por isso que sua conclusão foi a de que a posição de exploração, a que ficou sujeita a classe trabalhadora, se devia exclusivamente ao fato de que ela não detinha capital.

Portanto, a luta de classes deveria ser uma disputa pelo controle dos capitais, tanto financeiros como os transformados em meios de produção. O controle do Estado pela “vanguarda” do proletariado, seria a forma de concretizar esse objetivo.

Por que Marx, e os inúmeros reformadores sociais, jamais pensaram na hipótese de transformar o proletariado em uma classe de empreendedores? A resposta é que eles também aceitavam as teses dominantes, onde o trabalhador era (e ainda é) visto como um ser incapaz de pensar e agir, por si próprio, em prol de seus interesses.

Para legitimar os fabulosos ganhos dos capitalistas, em contraste escandaloso com a miséria dos trabalhadores da época, criaram-se inúmeras teorias, algumas com fundo religioso e outras mais ou menos “científicas”. Da suposta “preguiça hereditária” do operário, passando pela sua pecaminosa “fertilidade” e chegando aos pressupostos do “darwinismo social”, todas elas procuravam deixar claro que a “inferioridade” do trabalhador era “incurável”.

Da mesma forma, a superioridade do capitalista seria produto de qualidades também inatas, e portanto, impossíveis de serem desenvolvidas pelos membros das classes “obreiras”. Tudo o que se podia fazer era “conscientizar” o proletário. Ou a obedecer humildemente seus superiores naturais, segundo os ideólogos “do sistema”, ou aos seus “salvadores” intelectuais e acadêmicos, detentores privilegiados das chaves do paraíso socialista.

É contra esse “entulho” ideológico que devem se voltar os novos movimentos populares. A classe trabalhadora assalariada, livre das amarras mentais que lhe impõe a condição de eternos tutelados, tem agora todas as condições materiais de empreender por conta própria.

As novas bases tecnológicas da produção, dependente da informação e baseadas em máquinas e equipamentos cada vez mais baratos e acessíveis, permitem toda sorte de oportunidades de inserção nos mercados globais. Portanto a educação e a cultura devem ser voltadas para a máxima valorização da capacidade de empreender.

A verdadeira superação da luta de classes será a unificação de todos os indivíduos produtivos, numa única classe empreendedora.

Capítulo VI – Especialização e alienação

O novo paradigma tecnológico tende a destruir o modo de vida da classe trabalhadora, mas lhe abre as possibilidades do empreendedorismo. A transformação no entanto, passa pela superação de dois obstáculos: A alienação dentro do processo de produção e as ideologias coletivistas.

Já vimos que as novas bases tecnológicas da produção, dependem muito mais da informação do que do capital em si. As máquinas e equipamentos tendem a ser cada vez mais baratos e acessíveis, o que viabiliza várias oportunidades de inserção nos mercados globais.

Vimos também que para a criação de uma nova classe empreendedora, era preciso que os atuais trabalhadores se livrassem de todo o “entulho” ideológico que lhes impuseram os pensadores liberais e os reformadores sociais acadêmicos.

Mas existem outros problemas, derivados da própria organização tradicional da produção, que deixaram profundas marcas no modo de pensar da classe trabalhadora. O primeiro, a alienação do trabalhador dentro do processo produtivo, foi uma exigência tecnológica e não política ou ideológica.

Como sabemos, a divisão do trabalho do artesão em um conjunto de procedimentos simples, foi um fator fundamental para o aumento da produtividade e portanto, para a viabilidade da economia capitalista.

É uma tendência anterior inclusive ao processo de mecanização da produção. Em muitos casos, a mecanização e a posterior automação, só surgiram devido à existência dessa nova modalidade de trabalho. Nos estágios iniciais das tecnologias aplicadas a produção, as máquinas só podiam executar tarefas muito simples.

Sabemos que Adam Smith atribui boa parte da “riqueza das nações” a esse processo, que descreve de forma entusiástica, já na abertura de sua obra. De fato era visível o enorme aumento de produtividade. A conseqüência para os trabalhadores no entanto foi devastadora.

Mesmo se considerarmos um aumento geral da riqueza e conseqüente melhoria das suas condições de vida, a verdade é que o trabalhador gradualmente passou da condição de artesão ou camponês livre para a de escravo disfarçado.

Mesmo o mais humilde camponês tinha um perfeito entendimento do que estava realizando com seu trabalho. Até os aprendizes mais novatos entendiam o que seus mestres artesãos estavam fazendo. Em outras palavras, o trabalhador dominava o ciclo completo necessário para transformar matéria-prima em mercadorias.

Com a especialização em tarefas cada vez mais simples, o conhecimento sobre o processo de produção vai se tornando cada vez mais precário. No limite, o trabalhador acaba por perder completamente a noção do que está produzindo. Karl Marx denominou esse efeito como alienação. Compreendeu que isso tinha conseqüências políticas e sociais importantes.

O que Marx não deu atenção, foi que esse processo também ocorre com o capitalista. A crescente complexidade do processo de produção e comercialização, e principalmente o domínio das inovações tecnológicas transferiram, aos poucos, o poder para as estruturas organizacionais. Os componentes dessas estruturas, técnicos e burocratas transformados em empreendedores, são a atual classe dominante.

O capitalista lentamente foi se recolhendo ao papel de mero investidor, enquanto o trabalhador se transformava em peça de maquinaria. Seus conhecimentos passaram a se limitar à execução de tarefas específicas, que sozinhas, não são mais capazes de produzir qualquer coisa útil.

Em resumo, a alienação do capitalista lhe foi benéfica, porque o ensinou a investir seu dinheiro em várias atividades produtivas ao mesmo tempo. Reduzindo drasticamente os riscos que corriam os antigos capitães de indústria, cuja sorte estava diretamente ligada a de seu empreendimento.

Mas para a classe trabalhadora, esse processo foi desastroso, porque a tornou completamente dependente da produção capitalista. É a subsunção do trabalho ao capital. Significa que o trabalhador, por maior que sejam suas habilidades e conhecimentos, não pode participar diretamente do mercado.

Essa na realidade é uma condição de escravo de luxo. Privado do acesso direto ao mercado, mesmo o operário mais especializado e até o profissional liberal, são excluídos de qualquer decisão quanto aos frutos de seu trabalho. Essa exclusão da esfera “pública” e a manutenção do indivíduo apenas na esfera “privada” de seu senhor, eram as condições que definiam o escravo na antiguidade clássica.

Na Grécia e na Roma antigas, os escravos podiam estudar, exercer cargos administrativos, comerciar e até enriquecer, sem deixar de ser escravos. Em outras palavras, jamais poderiam se tornar cidadãos porque a decisão final sobre qualquer de suas atitudes dependia de outro homem.

Se considerarmos o mercado como sendo a esfera pública por excelência da sociedade capitalista, é fácil perceber a analogia. O antigo artesão, ao negociar o produto de seu trabalho diretamente com os consumidores, tinha toda a liberdade de estabelecer preços, prazos, especificações do produto ou serviço, etc.

O trabalhador moderno, encerrado nas instalações das fábricas ou nos edifícios de escritório, perde completamente essa liberdade. Por mais criativo, sofisticado e bem pago que seja sua atividade, não é um “cidadão” pleno onde as decisões relevantes são tomadas, ou seja, no mercado.

Isso explica também porque as revoluções socialistas jamais resultaram em real participação do proletariado, em qualquer esfera de decisão. Ao manter o modo de produção capitalista, apenas o poder político e a posse dos capitais mudam de mãos. As decisões reais, continuam firmemente nas mãos das estruturas técnicas e burocráticas.

A ligação aparentemente automática entre salário e nível educacional, levou a classe trabalhadora a investir todos os seus recursos em educação, para si e/ou para seus descendentes. Mas essa educação foi se tornando cada vez mais formal e distante da realidade dos mercados.

O único ajuste que se fez foi no sentido de direcionar a nova educação para as exigências do “mercado de trabalho”, o que é muito diferente. Preparar alguém para elaborar um complexo projeto de engenharia, por exemplo, não o deixa nem um milímetro mais perto do mercado para os produtos daí resultantes.

Notemos que os grandes empreendedores, jamais se caracterizaram por uma brilhante educação acadêmica. Quase todos obtiveram sucesso e riqueza a partir de sua atuação no mercado. São muito raros os casos em que uma empresa de sucesso resultou dos conhecimentos científicos de seu fundador.

As grandes invenções que impulsionaram o capitalismo resultaram da iniciativa de mecânicos entusiastas, pesquisadores diletantes ou empreendedores compulsivos. A eletricidade, por exemplo, movia motores e iluminava cidades muito antes dos cientistas da época deduzirem suas leis fundamentais. O avião surgiu logo depois de alguns acadêmicos “demonstrarem” sua impossibilidade.

Na imensa maioria das vezes, as invenções acabaram por enriquecer empreendedores e não os próprios inventores. Podemos concluir que a capacidade do empreendedor está no conhecimento mais ou menos superficial de várias áreas ao mesmo tempo, combinado a um senso agudo de oportunidade. Isso é o oposto da proposta da educação especializada.

Mas durante um longo período, os aperfeiçoamentos tecnológicos dependeram completamente de um proletariado qualificado e de profissionais liberais especializados. Essa dependência levava os empreendedores a valorizar esses trabalhadores mais ou menos no mesmo nível em que adulavam os donos do capital.

Para o trabalhador especializado, o contato com o mercado parecia desnecessário. Seus conhecimentos, embora inúteis fora do contexto em que eram aplicados, eram insubstituíveis e portanto podiam ser considerados como forma de capital, em pé de igualdade com o capital financeiro. Além disso, seu padrão de vida era cada vez mais alto.

Com a difusão das novas tecnologias de informação e telecomunicações, baseadas na revolução da microeletrônica, criou-se uma situação totalmente nova. Isso porque ao contrário das tecnologias anteriores, essas não se limitam a aumentar a força ou a velocidade do trabalho humano.

Ao transferirem o conhecimento especializado, diretamente para as máquinas, permitem que o empreendedor se aproprie do único capital que o trabalhador dispõe. A alienação tornou-se portanto uma ameaça mortal.

Romper a barreira da especialização e conseqüentemente à alienação em relação ao mercado, é a verdadeira atitude revolucionária. Ocupar um espaço no mercado é equivalente a recuperação, pelo trabalhador, da sua condição de cidadão realmente livre.

Capítulo VII – A Superação do coletivismo

As novas tecnologias da Era da Informação obrigam o trabalhador a atuar diretamente no mercado. Depois do rompimento com a alienação do processo produtivo, a transformação do trabalhador em empreendedor passa pela superação das ideologias coletivistas.

Vimos que além de se livrar de todo o “entulho” ideológico que lhes impuseram os pensadores liberais e os reformadores sociais acadêmicos, os trabalhadores deverão superar outros problemas, derivados da própria organização tradicional da produção, que deixaram profundas marcas em seu modo de ver o mundo.

Um desses problemas é a alienação causada pela necessidade da divisão do trabalho. Sabemos que isso foi uma imposição tecnológica mas, a reação se tornou uma questão política e ideológica.

Também vimos que a necessidade da especialização tende a provocar uma ruptura entre o trabalhador e o mercado. O que Karl Marx chama de alienação é o processo em que o operário perde completamente a noção da relação entre suas atividades e o processo de produção como um todo.

A conseqüência política e social, é uma extensão dessa ruptura para as esferas além do cotidiano do trabalho. É a perda gradual da ligação com a própria realidade objetiva. Segue-se uma imersão num mundo “mágico”, que se aproxima das utopias de origem religiosa.

Já vimos também que ao contrário do burguês capitalista, o burguês artesão tendia a buscar abrigo e proteção nas instituições do Estado e das igrejas. Enquanto os primeiros procuravam romper as amarras dos privilégios e regulamentações, estabelecidos pelo despotismo dos monarcas e sacerdotes, os segundos procuravam apenas reformula-las a seu favor.

Com a vitória definitiva da burguesia capitalista, o Estado e as igrejas foram imediatamente apropriados pela nova classe dominante. Esvaziados de seu antigo poder, e/ou postos a serviço de seus interesses, suas instituições pouco podiam fazer para reverter à completa subsunção do trabalho ao capital.

Vimos também que por um razoável período, os últimos artesãos lideraram a nova classe proletária, formada por camponeses expulsos de suas terras. Com isso, passaram a eles suas idéias e concepções, mais tarde apropriadas também pelos profissionais liberais que iam, aos poucos, se tornando proletários.

A brutal exploração a que eram submetidos os primeiros operários, levou a percepção, correta, de que formavam uma numerosa classe de pessoas, exploradas por outra classe, cujos interesses lhes eram antagônicos.

Os conflitos de interesses, que se traduziam em greves e motins, prontamente reprimidos com a máxima violência, só fizeram reafirmar essa visão. Ao utilizar o aparelho repressivo do Estado para resolver disputas que deveriam, em tese, ser um problema de mercado, a burguesia industrial praticamente inaugurou a “luta de classes” como fenômeno indissociável do capitalismo.

A consequência foi à abertura de um enorme fosso entre as duas classes e a aceitação pelos trabalhadores das ideologias coletivistas.

Devemos lembrar que nem o artesão nem o camponês eram adeptos dessas idéias. Na verdade tendiam a ser (e até hoje são) muito individualistas. Karl Marx reconhecia que o camponês e o artesão “pequeno burguês”, eram um entrave a revolução, devido a sua obstinada independência e individualismo.

Paradoxalmente, vemos que os ideais coletivistas eram uma constante entre as classes armadas e os religiosos. O conceito de “companheiro de armas” entre os nobres guerreiros e o de “irmãos” entre sacerdotes é até hoje uma idéia recorrente. Mas sabemos que essas classes não produziam nada, sendo mantidas pelo trabalho das outras.

Para o guerreiro ou o frade, que não produzem seus alimentos, roupas e utensílios, dividir tudo em regime de “comunismo” é uma atitude prática, diante das adversidades da guerra ou da busca pela salvação. Mas para o camponês e para o comerciante pode significar a sua ruína.

Além disso, vimos que a classe dos comerciantes sempre foi a que conviveu mais diretamente com a realidade objetiva. As qualidades que se esperavam deles, eram praticamente o oposto das que eram valorizadas nas antigas classes dominantes. Delas se esperava a lealdade e a obediência.

Nada é mais caro ao guerreiro e ao sacerdote do que a uniformidade de pensamentos e ações. O comportamento ritualístico e o uso de uniformes e hábitos, sempre foram características marcantes dessas classes. O coletivismo associado a um forte apego à autoridade e o repúdio a iniciativa individual, sempre estiveram presentes no seu universo

O novo proletário urbano vivia desligado do mercado e de suas oportunidades. Passava por enormes privações e só contava com seus próprios companheiros de infortúnio na luta contra o poder dos patrões, que tinham o Estado a seu lado. Por isso, tendiam a pensar mais como soldados ou monges do que como negociantes, vendendo sua força de trabalho.

Essa realidade foi a responsável pela transformação de pessoas, tradicionalmente arredias ao coletivismo, em socialistas, fascistas, anarquistas, comunistas, etc. Mas muito mais importante pelas suas consequências, foi o desenvolvimento de um certo repúdio ao mercado. Afinal negócios, livre mercado, liberdade de empreender, etc, eram a linguagem dos opressores, dos inimigos de classe.

Era em nome dessas idéias que eram reprimidas toda a iniciativa tendente a aliviar as privações por que passavam os trabalhadores. Os enormes abusos cometidos em nome da “racionalidade” e do “progresso”, que se traduziam em mais e mais miséria para os operários, abriram fissuras no sólido edifício racionalista. Por elas abriu passagem todo tipo de idéias vindas dos tempos pré-capitalistas e/ou francamente obscurantistas.

Todas elas tinham um traço em comum: Um profundo desprezo pelo mercado. Isso se explica por ser esse o verdadeiro espaço da racionalidade, ateu e impessoal, onde tudo se reduz a seu valor de troca e não há espaço para ilusões nem crendices.

Mas a própria classe capitalista dominante, ao perceber o perigo das ideologias coletivistas, reagiu com cinismo. Ao invés de incentivar os trabalhadores em direção ao racionalismo do mercado, usaram de todos os meios ao seu alcance para criar alternativas ainda mais obscurantistas.

É daí que surge o capitalista “temente a Deus” e dedicado ao culto da “lei e ordem” do governo. Ao usar as instituições das igrejas e do Estado, que agora dominavam, como instrumento de seus interesses, a nova classe dominante aprofundou o fosso que a separava de seus aliados naturais, na luta contra o coletivismo, ou seja, os trabalhadores assalariados.

Com isso, o capitalismo nascente perdeu a rara oportunidade de eliminar definitivamente um dos pilares das sociedades despóticas e irracionais do passado. A universalização das idéias baseadas na liberdade individual e no racionalismo do mercado, ficou comprometida. A revolução burguesa não conseguiu concluir sua obra principal: A extinção da sociedade de classes.

A conseqüência para as classes trabalhadoras foi à alienação completa. As idéias coletivistas logo fariam seus estragos por toda parte. Países industrializados se transformaram em réplicas gigantes de quartéis e conventos. Nações já desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento capitalista, retornaram ao culto do líder infalível, ao pensamento único e a perseguição de hereges.

A história se encarregou de destruir politicamente essas irrupções de irracionalidade, mas a um custo elevadíssimo. A herança dessas idéias persiste na mente de milhões de pessoas e as impede de adentrar definitivamente no mercado.

Até hoje, as iniciativas de economia solidária como a criação de cooperativas de produção, crédito ou compras, órgãos de incentivo a criação de negócios, etc, acabam apropriadas por “idealistas”, ligados a partidos políticos “nacionalistas”, movimentos ideológicos coletivistas, grupos e organizações religiosas e “ONGs” inseqüentes.

Seus objetivos, na prática, se reduzem invariavelmente a um só: Combater o execrável mercado e se possível substituí-lo pela sua própria utopia.

Isso resulta em desvios em relação ao objetivo que deveria ser primordial, ou seja, o sucesso desses empreendimentos dentro do mercado global. A conseqüência é a estagnação ou o fracasso do projeto, ou pior, sua transformação em instituição de caridade, frente de trabalho ou “experiência social” esquizofrênica.

Esses projetos acabam por desmoralizar os trabalhadores e reafirmar sua necessidade de submissão a mentores “iluminados”. Ao reforçar sua condição de membros de uma classe, os aprisionam nas limitações que a definem.

Sem a libertação dos trabalhadores das idéias coletivistas, qualquer iniciativa no sentido de implantar empreendimentos em larga escala transforma-se logo numa versão disfarçada da velha “sopa dos pobres”.

Capítulo VIII – As novas insanidades

A nova realidade tecnológica obriga a classe trabalhadora a se libertar de suas amarras ideológicas e a reivindicar sua participação no mercado. Mas, novas ameaças de insanidade rondam por toda à parte.

Já vimos que as classes trabalhadoras, em sua obrigatória transição para a atuação direta no mercado, devem antes se livrar de “entulhos” ideológicos do passado. Algumas dessas ideologias lhes foram impostas por pensadores liberais e reformadores sociais acadêmicos, e outras derivaram da própria dinâmica da produção capitalista.

Vimos que essas últimas, sempre se reportam ao passado, e tem estreita ligação com as antigas classes dominantes, derrotadas pela burguesia. Afirmamos que se tratam de irrupções irracionais, de cunho coletivista e/ou obscurantista, que se infiltram através das fissuras do “edifício racionalista” construído pela moderna burguesia, apoiado no individualismo e no livre mercado.

Mas devemos nos preocupar também com outro tipo de ameaça, conseqüência em alguns casos, do próprio sucesso das novas tecnologias, da expansão dos mercados e da globalização. Trata-se de reações ao desemprego tecnológico de um lado e da rápida mudança de paradigmas sociais de outro.

Sabemos que o novo paradigma tecnológico gera desemprego e/ou desvalorização constante da mão-de-obra e que, em longo prazo, o modo de vida “proletário” acabará por se tornar inviável. A opção racional portanto é a integração direta ao mercado. Mas a racionalidade nem sempre prevalece nas reações humanas.

Nesse caso, estamos falando não mais da exploração da classe trabalhadora mas de sua exclusão, pura e simples, do mercado de trabalho. Dentro dessa nova realidade, as ideologias tradicionais se tornam obsoletas.

É fácil entender que não se pode falar em “preguiça hereditária”, “fertilidade pecaminosa” e nem numa suposta inferioridade “natural” de pessoas que foram substituídas por máquinas. Também é complicado explicar a “mais-valia” e a “exploração” de robôs e computadores.

Em outras palavras, se o desemprego se torna involuntário o liberalismo falhara ao tentar explicar as desigualdades sociais. O marxismo por sua vez, não tem respostas para um proletariado que diminui, em tamanho e em importância, e se descaracteriza, a cada dia que passa.

Para muitos, ao dismantelamento de seu modo de vida, junta-se à crise da família patriarcal; o surgimento abrupto de reivindicações feministas; a afirmação da identidade de minorias raciais, étnicas e sexuais; a invasão cultural pela mídia global, etc.

Sem a opção por formulações teóricas mais bem elaboradas, os atingidos pelas transformações, se voltam para a irracionalidade sem disfarces. O processo normalmente consiste em desenterrar algumas fórmulas arcaicas e passar a cultuar um passado glorioso, supostamente mais humano e digno.

Como as expectativas para o futuro parecem sombrias, a idéia é “construir o passado”. Os adeptos dessas idéias então se apropriam de tradições culturais e/ou religiosas obsoletas e as interpretam a sua maneira. É o caso do nacionalismo europeu, do fundamentalismo religioso, cristão nos EUA e islâmico no oriente médio, das tradições religiosas messiânicas da América Latina e de algumas regiões da Ásia, etc.

O resultado parece sempre muito ridículo para os acadêmicos e mesmo cômico, se suas conseqüências não fossem sempre trágicas. Interpretações “livres” de escrituras tidas como sagradas como a Bíblia, o Alcorão ou os Vedas, fornece inspiração para atentados terroristas, formação de guerrilhas por líderes messiânicos e suicídios em massa.

Devemos reparar, que ao contrário do que se pensa, os EUA são um verdadeiro paraíso para os extremistas do terceiro milênio. É também o primeiro país onde o fundamentalismo religioso já decide eleições e se reflete nas altas esferas de governo. Isso se deve ao fato de ser o mais o país mais globalizado e o que inaugurou a nova Era da Informação.

Lá, alguns discursos de políticos “defensores dos valores familiares” e certos comunicadores com programas radiofônicos de grande sucesso, fazem os extremistas islâmicos parecerem até mais ou menos razoáveis. Sem contar que o país é um verdadeiro “parque temático” para indivíduos e grupos armados até os dentes.

Na Europa, o surgimento de fortes partidos nacionalistas, com discursos claramente xenófobos, coincide cada vez mais com o grau de inserção na economia global. No Japão e na China, seitas apocalípticas desafiam as autoridades, promovem atentados e inspiram suicídios em massa, combinados pela internet.

Na América Latina, misturas improváveis de crenças populares católicas e indígenas com idéias marxistas tiradas de contexto, animam grupos guerrilheiros “zapatistas” no México, fornecem inspiração para o governo “bolivariano” da Venezuela e embalam os sonhos dos “sem-terra” no Brasil.

Nos países islâmicos, apesar da eterna desculpa do problema da Palestina, a verdade é que o fundamentalismo vem ganhando terreno, e justamente nos países onde as economias começam a se inserir no mercado global.

Isso significa que o que vemos, não é um novo “despertar” de religiões já um tanto esclerosadas, ou uma volta a “valores morais” do passado, e sim uma reação direta a novas situações causadas pela globalização da economia e a conseqüente exclusão de grandes parcelas da população.

Os trabalhadores dos primórdios do capitalismo lutavam por obter uma remuneração justa pelo seu trabalho. Os novos excluídos, não têm como lutar por seus direitos, porque não tem qualquer utilidade para o mercado produtivo. Isso explica sua rejeição da sociedade contemporânea como um todo.

Como nem sempre dispõem da opção de ser parte do mercado, pretendem aboli-lo, nem que para isso tenham de destruir tudo a sua volta. Nesse caso é a própria modernidade que entra em cheque. O desafio é ao próprio conceito de sociedade republicana, democrática e laica que surgiu das vitórias da burguesia sobre as antigas classes dominantes.

Devemos notar que essas reações são muito diferentes das que surgiram quando do processo de consolidação do sistema capitalista. Os movimentos sociais e políticos da época tinham um projeto. Mesmo que às vezes fossem utópicos e inviáveis, se propunham a oferecer uma alternativa de desenvolvimento.

Os novos movimentos se caracterizam por não ter projeto nenhum. Fundamentam-se apenas no ódio a um inimigo difuso e sem rosto. Em outras palavras, longe de uma ideologia de fundo religioso, se aproximam mais do anarquismo niilista de um Serge Netchaiev.

As várias “milícias” armadas e os inúmeros grupos de “patriotas” americanos não possuem nenhuma ideologia coerente. Alguns são racistas, outros são liderados por negros. Alguns discriminam os não protestantes, outros são organizados por hispânicos católicos. Só o que os une é um ódio mortal ao “governo federal”, supostamente dominado pela ONU.

Os diversos grupos islâmicos praticamente discordam em tudo. Em algumas regiões lutam abertamente entre si. Quem é bem informado sabe que a expressão Al Qaida significa simplesmente “a base” e que não se refere a nenhuma organização em particular. É apenas um modo de identificação entre muçulmanos que se alimentam do ódio a globalização, identificada com os EUA e países da Europa ocidental.

Ações violentas aleatórias, sem objetivos estratégicos, são um sinal claro da impotência desses movimentos. Em geral assinalam as manifestações terminais de algum grupo social prestes a submergir nas ondas da globalização.

Isso vale para cultura puritana rural dos EUA, os pruridos nacionalistas de alguns países europeus, os costumes tribais em países islâmicos, a cultura camponesa católica na América Latina, os costumes ancestrais em países asiáticos, etc.

Os trabalhadores em geral devem evitar a todo custo deixar se envolver com esses transtornos mentais e surtos psicóticos. Isso porque para derrotar essas “insubordinações” passageiras, as autoridades terão de recorrer às táticas de costume: desencadear o pânico geral para justificar as mediadas repressivas.

Em seguida virá a cooptação dos elementos mais moderados e a eliminação implacável dos realmente rebeldes. Isso no passado já comprometeu causas racionais e reivindicações justas. É preciso que a crítica ao modelo de globalização não seja identificada com um desejo insano de volta ao passado.

Ao contrário, os trabalhadores devem reivindicar seus direitos a inserção na modernidade e a participação direta nas oportunidades oferecidas pelo mercado global. Agora mais do que nunca, devem se unir em torno de seus interesses reais.

Por outro lado, existiria algum tipo de ideologia que poderia interessar aos trabalhadores? Teria de ser uma forma de organizar idéias, concorrente com o liberalismo radical, mas sem excluir o papel do mercado.

Seria um sistema identificado com as necessidades específicas do atual estágio de transição. Existiria algo assim? Talvez, a combinação entre o anarquismo individualista, a Economia Solidária e a ética Hacker, podem ser uma resposta.

Capítulo IX – Uma ideologia de transição

Os trabalhadores, em sua luta por um espaço no mercado global, talvez precisem de um conjunto de idéias que facilitem uma transformação do atual quadro que os mantém excluídos.

Vimos que no caminho da emancipação, em direção a sua inserção direta no mercado globalizado, os trabalhadores terão de superar velhas ideologias e evitar sofrer a influência de novos movimentos sociais alienantes, destrutivos e sem qualquer projeto de desenvolvimento.

Também vimos que as ideologias coletivistas derivam de comportamentos associados às antigas classes de sacerdotes e guerreiros. Tendem ao culto a obediência e a uniformidade de pensamento e ação. Desestimulam a criatividade e a inovação, e por isso, são impróprias para pessoas que pretendem produzir com eficiência e viver por conta própria.

Mas seria viável que os trabalhadores, educados por gerações a viver na dependência dos empreendedores para extrair seu sustento do mercado, aderissem em massa as ideologias liberais convencionais?

Sabemos que as próprias elites intelectuais burguesas “contaminaram” o liberalismo com um enorme “entulho” de idéias absurdas, que pretendiam justificar as enormes disparidades de renda e a exploração descarada dos primeiros proletários industriais.

Entre essas idéias, a mais resistente e deletéria, é o culto ao empreendedor como figura com poderes quase sobrenaturais. As habilidades dessas pessoas estariam para sempre fora do alcance da maioria das pessoas comuns, principalmente dos trabalhadores.

Mas o processo de emancipação do trabalhador deve transforma-lo necessariamente em empreendedor. Como não dispõe de capital, deverá ser capaz de atraí-lo. Para isso precisa demonstrar que, com suas habilidades e conhecimentos, tem a capacidade de utiliza-lo de forma produtiva e rentável.

Já vimos que os avanços tecnológicos provocaram um processo de alienação que vale tanto para o operário quanto para o dono do capital financeiro. O capitalista, cedeu voluntariamente seu poder ao empreendedor e ganhou com isso. O operário foi obrigado a fazê-lo, com grande prejuízo.

Já comentamos o papel do empreendedor e do empreendedorismo do ponto de vista puramente econômico. Mas como seriam essas pessoas? Segundo Max Weber o empreendedor é produto da moderação racional do impulso ilimitado para o ganho, sob a égide da Reforma Protestante. Essa seria na visão sociológica, o “Espírito do Capitalismo”.

Em uma perspectiva de gestão, os empreendedores são pessoas que, simultaneamente, criam novos tipos de procura e aplicam novos e insólitos conceitos administrativos. Numa perspectiva psicológica, seria a “necessidade de realização” a motivação essencial do empreendedor.

Em resumo, podemos afirmar que o empreendedor é, antes tudo, uma pessoa que pensa por conta própria, e acredita que seu êxito ou fracasso depende em grande parte dele próprio. Isso é incompatível com qualquer ideologia cheia de dogmas e verdades reveladas.

O ambiente ideológico favorável ao empreendedor é aquele em que os limites de sua ação sejam ditados apenas pelas leis da física de um lado, e pelas relações livremente estabelecidas com outras pessoas, de outro. Numa palavra, o anarquismo.

Alguém pode argumentar que o liberalismo, em sua versão “laissez-faire”, também se encaixa nessa definição. Isso só é verdade se por relações “livremente estabelecidas”, aceitarmos o “contrato” entre o capitalista rico e o operário faminto.

Numa futura sociedade, em que todos procurarão evitar a condição de empregados, pela sua crescente tendência a inviabilidade, os contratos mútuos acabariam por limitar a exploração do trabalho alheio. Não por força de leis, mas devido às próprias condições de mercado.

Mas do que estaríamos falando ao nos referirmos a “anarquismo”? Seria uma volta a velha ideologia romântica de Proudhon e Bakunin? Decerto que não. Embora o conceito fundamental de emancipação simultânea das amarras do Estado e das igrejas tenha sido estabelecido por eles e outros, temos de considerar os diferentes momentos históricos em que se dão essas formulações.

Temos de levar em conta que nessa época, a propriedade privada não passava de um direito subjetivo, concedido arbitrariamente a uma minoria, nas mesmas bases que os títulos de nobreza ou as honrarias eclesiásticas. Os que dispunham de propriedade derivada de seus próprios esforços, eram raríssimos.

Por outro lado, muitas das idéias introduzidas por esses homens são hoje perfeitamente viáveis. A democracia direta, eliminando-se a figura dos “representantes do povo” que tendem a formar uma casta governante, dependia de um sistema de comunicações inexistentes na época.

Hoje às “eleições” e “plebiscitos” de todo tipo por telefone ou pela Internet, vão se tornando coisa corriqueira. O princípio federativo de Proudhon já corresponde mais ou menos à realidade das “empresas em rede”. A transformação do Estado em um mero prestador de serviços, “igual entre iguais”, é uma tendência do terceiro milênio.

A ênfase na liberdade e na primazia do indivíduo sobre as exigências coletivas arbitrárias, tornou-se uma verdadeira religião contemporânea. A derrota de todos os sistemas políticos centrados no Estado onipotente é outra marca de nossa era.

Os desafios ao monopólio do conhecimento, a verdadeira mercadoria estratégica da Era da Informação, lançados pelos hackers pelo mundo afora, é um sintoma de busca irresistível por liberdade e igualdade de oportunidades para todos.

A própria evolução da tecnologia da informação, que inicialmente se previa como instrumento por excelência do “Grande Irmão” do Estado totalitário, se transformou na Internet, um espaço sem fronteiras, refratário a controles e essencialmente anárquico.

Mas existiria uma versão realmente moderna de anarquismo, capaz de se ajustar às realidades contemporâneas? Existiria uma forma de revolução, não violenta, que se mostrasse eficaz na era das armas atômicas e do poder militar ilimitado?

A resposta está num conceito bem próximo à afirmação de Bakunin de que “a destruição também é criação”. Trata-se do princípio da “destruição criativa” de Joseph Schumpeter.

Ele diz textualmente: “o empreendedor é o responsável pelo processo de destruição criativa, sendo o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista; constantemente criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados e implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes, eficazes e mais caros”.

Sabemos que na Era da Informação, as maiores fontes de lucros são as inovações tecnológicas. Não é por acaso que os novos milionários estão sempre associados a elas. Uma verdadeira lenda contemporânea é a Microsoft de Bill Gates.

Só que os bem informados sabem que Gates está muito longe de ser um gênio em programação. Mesmo o sistema operacional em disco (o DOS) que viabilizou os microcomputadores, não é de sua autoria. Ele simplesmente o comprou e revendeu a IBM, que na época, desconhecia totalmente esse mercado.

O Windows é um produto coletivo, por várias vezes acusado de ser um mero plágio do programa da Apple. Embora não fosse pobre, Gates não dispunha de nenhum capital, Sua empresa, fundada em 1975, não dispunha de nada além de alguns microcomputadores.

Pessoalmente, William Henry Gates III é descrito até hoje como um “nerd”, termo depreciativo que pode significar várias coisas, menos uma pessoa de charme e talentos para a vida social.

Então o que ele tinha de especial? Apenas os contatos certos no mercado (sua mãe era amiga de um gerente da IBM) e um apurado senso de oportunidade (ele disse ao cara que possuía um sistema operacional pronto, quando na realidade, nem tinha idéia ainda de onde conseguir um).

Aos poucos a mídia o foi mistificando e ele passou a condição de gênio e super homem, com qualidades fora do alcance do comum dos mortais. Sua capacidade de reunir gente brilhante e seu implacável senso de “destruição criativa” (ainda hoje assunto para infindáveis batalhas judiciais), o levou a liderança no mercado.

O que mais nos interessa saber é por que vários profissionais de informática, muito mais competentes que ele, aceitam trabalhar para sua empresa. Por que não o desafiam montando negócios próprios? A resposta está em que essas pessoas, mesmo dominando a mais alta tecnologia, pensam como “proletários” e agem como tais.

Por outro lado, desponta o movimento do código aberto (open source), liderado por Linus Torvalds e Richard Stallman. Trata-se de um desafio aberto a hegemonia da Microsoft e tem uma inspiração claramente anarquista. Envolve relações tipicamente mutualistas entre seus adeptos.

Apesar desses hackers terem uma postura claramente libertária, de maneira alguma desprezam o mercado e nem muito menos oportunidades de ganhar dinheiro. São portanto os precursores dos revolucionários do futuro.

Capítulo X – Anarquismo individualista e a ética do hacker

A ideologia que melhor se encaixa nas necessidades de uma completa libertação dos trabalhadores, de modo a permitir-lhes um acesso direto aos mercados é o anarquismo individualista, identificado contemporaneamente com a ética hacker.

Já vimos que os hachers são a encarnação moderna do anarquista. Aqui é necessário evitar a confusão que esses dois termos costumam induzir. O anarquismo clássico, enquanto movimento com desdobramentos históricos, teve suas últimas manifestações na guerra civil espanhola. Sob esse aspecto, está extinto.

Mas bem antes dessa época, era evidente que o sucesso das vertentes autoritárias do socialismo já o tinham ofuscado como movimento de massas. Restaram apenas as idéias básicas e os avisos proféticos quanto ao futuro do coletivismo, centrado no culto ao poder do Estado e na submissão aos líderes infalíveis.

Para o público desinformado, sobrou a idéia de um movimento afeito até ao terrorismo ou a sociopatia de alguns indivíduos excêntricos. Os hackers por sua vez, de heróis dos primórdios da informática, acabaram associados a indivíduos misteriosos, capazes de invadir sistemas informatizados com propósitos sinistros e criar vírus de computador.

A realidade é que o verdadeiro anarquista é o indivíduo que rejeita o poder despótico, venha de onde vier, seja do Estado onipotente, seja do partido político “libertário” que pretende submeter a todos aos ensinamentos de sua liderança de iluminados. O hacker compartilha com ele a aversão a autoridade arbitrária e sem legitimidade, e um forte senso de independência e individualidade. Podemos nos arriscar a dizer que a ética do hacker é a “versão informacional” do anarquismo.

Por outro lado, o impulso para a rebelião, para a contestação da autoridade arbitrária, para a busca pela libertação de todo tipo de opressão, política, econômica, ou cultural, é inata no ser humano. Esteve por traz dos iluministas, das revoluções burguesas, acompanhou sempre as lutas operárias e sempre retorna nos momentos decisivos da história da humanidade.

Sua atual manifestação se dá, no plano político, pelas exigências cada vez maiores de respeito à liberdade e as opções individuais em termos de comportamento, preferências sexuais, atitudes, gostos, crenças religiosas, etc. No plano econômico, a luta se situa na questão fundamental do direito de propriedade intelectual.

Isso tem uma importância ainda muito pouco percebida pela maioria. A verdadeira “guerra santa” travada entre os adeptos dos softwares “proprietários” e os dos “códigos abertos” só muito raramente frequenta a grande mídia. Mesmo assim somente por meio de suas grandes estrelas como a Microsoft e Bill Gates; Linus Torvalds, Richard Stallman e o Linux.

Aqui devemos ter certo cuidado em não nos deixar iludir. Não se trata de uma batalha entre o perverso “Tio Bill”, vanguarda dos “tubarões” capitalistas, contra jovens poetas libertários e socialistas. Os dois lados abrigam grandes interesses, mobilizam enormes recursos e o conflito tem bases claramente capitalistas.

Ao lado da Microsoft existem muitas pequenas empresas, e ao lado do Linux estão a IBM e a Novell, bem como grandes empresas globais, com interesses em cortar seus custos com software. É preciso ir mais a fundo para se ter uma visão real do caso.

As discussões quase sempre envolvem um jargão incompreensível, mesmo para os repórteres, editores e articulistas mais experientes. Mas a única coisa que devemos realmente considerar é que se trata da luta pelo modo como a matéria prima vital do terceiro milênio será controlada. Se esse modo facilitar ou dificultará a democratização das oportunidades no mercado.

Esta é uma discussão tão vital para a Era da Informação como foi a posse das terras cultiváveis nas economias agrícolas ou o controle sobre as reservas, a exploração e a utilização do carvão e do petróleo na era industrial.

Isso se deve ao fato de a nova base tecnológica flexível depender essencialmente de conhecimentos para sua operação. O custo do software por exemplo, cresce de forma exponencial, enquanto máquinas e equipamentos têm seus preços reduzidos constantemente.

Em longo prazo, o conhecimento será infinitamente mais valioso do que os meios de produção físicos. Além disso, a globalização tende a reduzir muito a importância de reservas estratégicas, instalações industriais e equipamentos pesados.

Um grupo de pessoas com uma idéia criativa e conhecimentos do mercado, poderá simplesmente dispor de equipamentos alugados ou arrendados em qualquer parte do mundo, pelo preço que mais lhe convier.

Já existem empresas com atuação global que simplesmente não possuem plantas industriais, máquinas, equipamentos ou meios de transportes. Alugam escritórios montados em algumas metrópoles estratégicas e administram suas operações de computadores portáteis e celulares incrementados.

A consequência disso é a transformação da informação em capital. E a informação, ao contrário da terra, minérios e outros produtos, é muito mais difícil de ser mantida sob o controle de proprietários privados ou estatais. Não é tão simples proteger a posse de conhecimentos com cercas, guardas armados, armazéns fortificados, etc.

Todo o aparato construído em torno de leis de copyright, de direitos autorais, patentes, etc, na realidade é bastante frágil nas situações atuais. Os sistemas digitais são capazes de copiar programas de computador, músicas, filmes, livros, manuais, fórmulas e receitas industriais, com inusitada perfeição e divulga-los com velocidade estonteante.

Proteger propriedade intelectual tornou-se um desafio sem precedentes, e quase sempre, transforma-se numa batalha perdida. Um dos elementos mais importantes a destacar é que o que está em jogo é uma ética em relação a esse tipo de direito de propriedade e não o simples ato de “pirataria”, desonesto e inconseqüente.

O centro da questão é que a tecnologia atual deriva da ciência e não do acúmulo de conhecimentos empíricos obtidos por artesãos e industriais, e nem produto de inventores individuais, trabalhando por conta própria. E a ciência é propriedade coletiva da humanidade. Esse é o verdadeiro ponto de partida da legitimação da atividade hacker.

O hacker não “furta” conhecimentos alheios. Não “pirateia” programas. Ele simplesmente não reconhece o direito de propriedade exclusivo sobre eles. O hacker é alguém que procura conhecimentos, quer criar ou aperfeiçoar novas soluções para um problema. Se uma senha está em seu caminho, ele a ignora por não lhe reconhecer legitimidade.

Um hacker considera um código “fechado” da mesma forma que um matemático veria a “patente” de uma fórmula matemática ou um astrônomo o direito de “copyright” sobre a descrição de novas estrelas distantes. Para ele é como pagar “royalty” sobre o uso da teoria da relatividade.

Seu objetivo fundamental é ser reconhecido pela comunidade hacker pelas suas contribuições. É por isso que ele divulga imediatamente tudo o que descobre. Ele se sente como um cientista e como tal, partilha com todos suas descobertas. Mas como qualquer cientista brilhante, é individualista, e não recusa recompensas pelo seu trabalho.

Nesse caso, a ética do hacker passa a ser uma ameaça séria ao direito irrestrito de propriedade. Primeiro porque ela pode se estender a quase todos os tipos de atividades econômicas. Pode-se agir assim em relação, por exemplo, a patentes de novos medicamentos, sementes geneticamente modificadas, os novos materiais, etc.

Em segundo lugar, a atividade hacker acelera de modo especial o processo de “destruição criadora” de Schumpeter, que já tivemos ocasião de comentar. Nem todo empreendedor é um hacker mas todo hacker é um empreendedor. Mesmo que seus empreendimentos estejam restritos a esfera acadêmica ou particular, suas motivações são as mesmas.

O resultado disso é que mesmo protegida pelos direitos convencionais, a propriedade do conhecimento é efêmera. Uma patente milionária pode perder todo o valor caso um hacker descubra um modo melhor de fazer a mesma coisa.

É por isso que a classe trabalhadora tem na ética do hacker uma arma de enorme importância para sua emancipação. A “destruição criadora”, quando acelerada, tende a democratizar as oportunidades de acesso ao mercado.

A principal fonte de concentração de renda no capitalismo é exatamente o acúmulo de fatores favoráveis nas mãos dos “vencedores” a tal ponto, que o resultado do “jogo” econômico passa a ser previsível e imutável.

O desafio frequente de novas soluções tecnológicas, tende a “zerar” constantemente a “partida”. Isso permite que a cada nova “rodada” de inovações, um novo grupo de “vencedores” possa emergir, enquanto outros mais antigos, saem fora com uma merecida mas não ilimitada recompensa.

Essa é uma das formas que os trabalhadores tem de abrir caminho para o seu espaço no mercado. Outro também fundamental e em muitos casos complementar é a economia solidária com seu dispositivo inseparável: o cooperativismo.

Capítulo XI - A economia solidária

Depois do anarquismo em sua versão informacional, a ética do hacker, a classe trabalhadora conta com a economia solidária para impulsionar seu processo de inserção no mercado.

Vimos que o novo paradigma tecnológico valoriza o conhecimento muito mais do que os meios de produção físicos. Também sabemos que o processo de “destruição criadora” de Schumpeter é fortemente acelerado pela atividade hacker. Isso resulta no surgimento de muitas oportunidades para novos empreendedores.

Mesmo assim, nem sempre o trabalhador terá condições de agir sozinho e nem mesmo em pequenos grupos, sobre o mercado. Um dos motivos pode ser a sua própria dificuldade de adaptação rápida a uma condição de total independência.

Ao longo da história do capitalismo, sempre se pensou numa alternativa ao modo de produção de estilo competitivo. Essa alternativa, que podemos chamar genericamente de economia solidária, tomou a forma das cooperativas. Em princípio, como meras reações à exploração irrestrita dos trabalhadores e o rápido empobrecimento dos artesãos na primeira revolução industrial.

As primeiras iniciativas partiram de industriais e filantropos como Robert Owen, na Grã-bretanha e Charles Fourier, na França. Daí por diante, praticamente todos os sistemas ligados de alguma forma à questão social, propuseram alguma forma de cooperativa.

Em países capitalistas foram vistas como complementares a economia de mercado. De reformadores religiosos a organizações fascistas, todos incentivaram cooperativas. Até mesmo Lênin, ao propor a NEP (nova política econômica) na URSS, previa o sistema cooperativista na agricultura.

Então por que com raras exceções, esse sistema parece sempre definhando ou ficando reduzido à irrelevância? Por que as propostas de auto-gestão acabam sempre fracassando? O que haveria de errado numa idéia que parece ser simples e não contrariar ninguém?

Proponho uma resposta: Essas iniciativas jamais partiram dos próprios trabalhadores. Sempre foram organizadas, financiadas e dirigidas, na prática, por alguém ou alguma organização com interesses diversos do que deveria ser sua finalidade.

Esses projetos nunca foram vistos como um fim em si, ou seja, embora por meios de gestão diferentes, gerar riqueza e segurança para os participantes, no mesmo nível de uma empresa capitalista de sucesso.

Mesmo hoje, quando se organizam seminários, congressos e cursos de nível universitário sobre o assunto, é visível que o objetivo oculto continua sendo a substituição do “execrável” mercado e do modo de produção capitalista por alguma utopia política e/ou religiosa.

Em alguns casos o objetivo é explicitamente declarado. Construir uma “nova” sociedade, estabelecer regras de convivência mais “justas”, lutar contra o mercado “alienante”, livrar-se do sistema de “exploração”, etc. Esses podem até ser objetivos válidos, mas para partidos políticos militantes, grupos religiosos e ONG, não para empreendimentos econômicos.

A cooperativa e a economia solidária, devem ser vistas pelo trabalhador como instrumentos de inserção nas redes globais de produção e circulação de mercadorias e capitais. Embora possa se organizar de forma solidária no nível de sua comunidade ou grupo de interesses, deve ver o resto do mundo com a visão prática do técnico e com os olhos frios e objetivos do negociante. Em suma, como empreendedor.

Qualquer outra postura, terá o mesmo efeito que a incompetência, a desatenção ao mercado, e a desorganização tem sobre a empresa capitalista: A falência irremediável. Ou no caso da cooperativa, o “capitalismo da miséria” com a eterna mendicância de favores do governo, de igrejas e até de empresas privadas.

O empreendimento de economia solidária deve ser visto sempre sob o ângulo de sua auto-suficiência e lucratividade. Seu objetivo deve ser o de facilitar a obtenção de crédito facilitado, compras em condições vantajosas, obtenção de tecnologia de produção e gestão, acesso a novos mercados, etc.

Uma cooperativa nunca deve ser vista como “alternativa” ao desemprego. Não mais do que seria um emprego como outro qualquer. Os membros devem ser escolhidos como futuros sócios e a liderança deve ser sempre dos próprios participantes.

Deve ser deixado claro desde o início, que o objetivo é o lucro. Que ele será obtido oferecendo-se algum produto ou serviço atrativo ao mercado. A justificativa para a escolha da formação de uma cooperativa deve ser sempre algo como por exemplo:

- 1) Necessidade de crédito, facilitada pelo maior número de integrantes e conseqüentemente por maiores garantias.
- 2) Comprar matérias primas ou mercadorias a preços mais baixos por meio de uma escala maior.
- 3) Reunir um grupo com conhecimentos teóricos e práticos que se complementam, evitando-se a necessidade de compra de tecnologia ou contratações muito caras.
- 4) Dispor de uma rede mais ampliada de contatos, facilitando a conquista de mercados.

Uma cooperativa será viável na medida em que, na falta dessas justificativas, seja mais simples montar uma empresa privada.

Caso as justificativas sejam do tipo:

- 1) Não conseguimos emprego, então vamos nos juntar pra ver no que dá.
- 2) Se juntarmos bastante gente, o governo vai ter de nos ajudar de algum jeito.
- 3) Que tal convidarmos o padre/pastor/deputado/líder socialista/presidente da escola de samba/diretor do time de futebol/ para ele arrumar alguma coisa pra gente fazer?

Nesse caso não é necessário perder tempo com negócios, estudos de viabilidade, pesquisas de preços, análises de mercado. Pode-se ir direto ao ponto. Inscrever-se no programa “bolsa família”, no vale-gás, no vale-pelamordedeus, etc...

Nenhuma iniciativa em economia solidária deve ter outro objetivo além do retorno do investimento e do tempo empregado pelos membros, na forma de rendimentos crescentes. O objetivo do cooperado deve ser o mesmo de um investidor capitalista. Ele deve se preocupar em ganhar dinheiro, não em mudar o mundo.

Um sistema de cooperativas deve servir tão somente para a solução de carências individuais momentâneas. Se existe pouco capital, o objetivo é obter crédito, se existe pouco conhecimento e experiência de mercado a idéia é reunir pessoas com informações que se complementem.

A orientação central do projeto deve ser sua viabilidade. Se não vale a pena montar uma empresa privada para explorar o negócio, com certeza também é inútil formar uma cooperativa.

Cuidados especiais devem ser tomados quanto à gestão do projeto. Embora nada impeça que os participantes sejam membros de algum tipo de grupo político e/ou religioso, deve-se evitar a todo custo que o empreendimento se transforme em “experiência” teórica para promover idéias desse tipo.

A orientação deve ser para o mercado. Os objetivos devem ser voltados para se atingir níveis de excelência aceitáveis pelo mercado. A medida do sucesso jamais deve ser desligada dos resultados econômicos.

Os objetivos devem ser claros, facilmente compreendidos por todos e ligados a resultados mensuráveis. Deve-se evitar definir metas subjetivas, ou a prazos muito longos.

Cada membro deve ser incentivado a participar de todas as decisões. A entrega do poder a líderes carismáticos, mais velhos ou que tenham ascendência sobre o grupo fora do empreendimento é receita certa ou para o fracasso ou para a transformação rápida do negócio em propriedade particular do líder.

Deve se ter em conta em todo momento que a gestão é de longe o ponto fraco de uma cooperativa. A maioria dos problemas surge a partir daí. Deve-se ter em mente que essas dificuldades podem ser superiores as vantagens da ação coletiva.

O mito da superioridade da empresa privada está ligado ao fato de um reduzido número de pessoas ter mais chances de concentrar seus esforços no que realmente interessa. Nesse caso, o cooperado deve aprender a pensar sempre como “dono” do negócio.

Apesar do sistema de gestão dever ser coletivo, as responsabilidades devem ser sempre individualizadas e os resultados cobrados com o mesmo rigor como é feito numa empresa privada. Os elementos incompetentes ou cujos objetivos sejam diversos do estabelecido pelo grupo, devem ser eliminados.

Deve ser sempre lembrado a todos, que partidos políticos, clubes, igrejas e associações filantrópicas costumam administrar seus bens por meio de empresas privadas ou de administradores profissionais. O que não desmerece em nada as finalidades a que se propõe.

Economia solidária é um recurso para a inserção no mercado, pode ser até uma alternativa ao próprio capitalismo, mas não é utopia nem solução para os problemas sociais da humanidade.

Capítulo XII – Superando o capitalismo

Apesar de ser um instrumento de inserção da classe trabalhadora no mercado, a economia solidária pode, se bem conduzida e interpretada, desempenhar um papel fundamental na superação do sistema de produção atual.

Como já vimos, a economia solidária tem nas cooperativas seu instrumento de realização objetivo. A principal limitação das cooperativas é a facilidade com que sua gestão pode ser desviada de suas finalidades reais para servir a todo tipo de objetivos secundários e mesmo contraditórios com sua existência.

Outro perigo que ronda as iniciativas de economia solidária é a criação de cooperativas com o único objetivo de se tornarem fonte de mão-de-obra barata para empresas globalizadas. Nesse caso, o trabalhador será um eterno empreendedor de segunda classe.

Aqui não falamos dos já clássicos esquemas de empresas que criam “cooperativas” apenas para burlar as leis trabalhistas (as “coopergatos”). Estamos falando de iniciativas até bem intencionadas, mas que no fundo, não levam a sério a competência dos trabalhadores.

Como não admitem a possibilidade de que cooperativas sejam capazes de lidar com alta tecnologia, por exemplo, procuram dar ênfase apenas a atividades de prestação de serviços de projetos, manutenção e consultoria. Isso é um grave erro.

Para o convencimento e a propaganda da economia solidária, o exemplo deve vir “de cima”, ou seja, pela recusa dos trabalhadores mais capacitados e tecnicamente mais brilhantes, em aceitar a situação de assalariados. Mesmo as tentadoras opções de compras de ações das próprias empresas, devem ser vistas com muita reserva. Já foram fábricas de milionários “falidos precocemente” em passado recente.

A formação de uma cooperativa, rentável e com perspectivas de futuro, deve funcionar como principal método de recrutamento de quadros de alto nível. A luta pelo domínio do conhecimento tecnológico, pela posse de patentes e direitos autorais, deve ser um objetivo permanente.

Fomentar a “destruição criadora” de modo a democratizar a verdadeira riqueza do capitalismo informacional não se confunde com a mera prestação de serviços a corporações globalizadas. E preciso disputar com as melhores nos mesmos mercados. Pertencer a uma cooperativa de sucesso deve se tornar símbolo de status maior do que o de executivo “empregado”.

É preciso que fique claro para os melhores profissionais que o investimento numa carreira como assalariado, começa a se tornar tão arriscado quanto à de cantor de rock, jogador de futebol, ator, etc. A cooperativa não deve ser vista como solução restrita à “perdedores” ou a desempregados sem esperanças.

Finalmente é preciso entender que a economia solidária não deve ser vista como um fim em si. Embora cada atividade cooperativa deva estar orientada para a promoção dos interesses de seus participantes, por meio do mercado, o conjunto deve ser visto como parte das grandes redes globais de produção e circulação.

A nova economia em rede não é propícia para estruturas de porte muito grande e sim para estruturas flexíveis. As grandes corporações capitalistas já entenderam isso. É por isso que procuram se desligar ao máximo de suas bases regionais e até mesmo nacionais.

As cooperativas do futuro não devem ser organizadas por bairros, cidades, países e nem comunidades geográficas e sim por “comunidades virtuais”, onde o vínculo principal é o interesse em comum, seja qual for. A tendência das cooperativas em se fixar a uma base regional deve ser desestimulada.

Mas será que de fato a economia solidária não pode ser uma alternativa ao modo de produção capitalista? Afinal o capitalismo não criou o mercado e a idéia de que é o único modo de produzir bens e serviços de modo a satisfazê-lo se deve mais a abordagens erradas dos problemas que ele cria.

A imensa maioria dos críticos do capitalismo, acabou por ceder a tentação de confundi-lo com o próprio mercado. Levados por esse erro, passaram a tentar suprimi-lo. Mas já vimos que o mercado é o espaço racional por excelência, e portanto, tentar substituí-lo por sistemas de planejamento termina sempre em um misto de fracasso e tragédia.

Mas a economia solidária não é de forma alguma incompatível com o mercado e nem mesmo com o capitalismo. O próprio capitalismo surgiu como alternativa aos velhos modos de produção herdados do feudalismo.

Como nota Paul Singer, grande autoridade em economia solidária, o desenvolvimento do capitalismo, antes das vitórias da burguesia, se apoiava nas falhas na imposição dos monopólios então dominados por oligarquias de mestres e mercadores, cuja riqueza vinha de seus privilégios, obtidos de modo arbitrário, sem nenhuma relação com o mercado.

Paul Singer também nota que a burguesia capitalista aproveitava essas falhas inclusive de modo ilegal e secreto. Mas seu sucesso se deve a clara cumplicidade dos compradores e intermediários que costumavam ser prejudicados pelas leis e regulamentos monopolistas. Em suma, o capitalista, por mais rico que fosse, se sujeitava ao mercado.

A vitória incontestável do modo de produção capitalista não se deveu ao controle que passou a exercer sobre o Estado e suas instituições. A burguesia, apoiada num sólido realismo, primeiro promoveu uma “revolução econômica” por meios pacíficos. Depois foi aos poucos consolidando suas posições e se tornando insubstituível.

Foi a absoluta incompetência das classes dominantes da época, em reconhecer os seus direitos, que levou a burguesia à decisão radical de tomar o poder a força. Em muitos países, prevaleceu o bom senso e as classes dominantes passaram a ceder poder e até a se integrar ao novo espírito do capitalismo.

É por ter criado uma base econômica e um modo de produção inteiramente novo que a burguesia obteve sucesso em se impor e assumir o controle do Estado e das igrejas. O erro fundamental de Karl Marx foi inverter esse raciocínio. Para ele, a burguesia tinha construído sua hegemonia a partir da tomada de poder, via revolução.

Por esse mesmo raciocínio, bastava que a classe trabalhadora conquistasse o poder político, por meio de uma ação violenta, para que a sociedade se tornasse “proletária”. O resultado de tais experiências foi o surgimento de sistemas que eram incompatíveis com o mercado. E, tudo que se choca com a realidade, cedo ou tarde acabará por perecer. A história é implacável nesse ponto.

Podemos concluir que as propostas envolvendo economia solidária, devem seguir sempre na direção de sua viabilidade dentro do próprio sistema capitalista. Poderá até supera-lo, caso se adapte melhor aos novos paradigmas tecnológicos, políticos e sociais.

Nesse caso, as experiências de economia solidária repetiriam o êxito do próprio sistema capitalista, criando uma nova forma de produção e um vasto sistema de alianças com o consumidor, capaz de se contrapor aos novos cartéis, oligopólios e monopólios criados pelas grandes corporações capitalistas globais.

Em todo caso, temos de levar em conta que a economia solidária não deve ser vista como um “estágio” intermediário para a “construção do socialismo”. Isso porque já sabemos que é a própria classe trabalhadora que está em decadência e portanto o objetivo é livra-la da condição de assalariados.

A verdadeira contradição do sistema capitalista contemporâneo não é a exploração dos trabalhadores pela classe dos empreendedores e sim sua exclusão do sistema produtivo. Como a classe trabalhadora não pode ser excluída como consumidora, cria-se um paradoxo.

Cada vez mais a produtividade aumenta, os custos diminuem, mas a pobreza relativa não sede. Não basta que alguns indicadores sociais mostrem que as condições de vida têm até melhorado no mundo inteiro. O capitalismo global só é viável com um constante aumento de consumo.

Mas como promover consumo se a lógica da empresa capitalista é a redução de empregos por meio do uso intensivo das novas tecnologias? Esse problema não tem tido resposta satisfatória. A concentração de renda tem sido cada vez maior.

A transferência de empregos para países periféricos, onde os salários são mais baixos, tem ajudado a tirar milhões de pessoas da pobreza absoluta. Mas os novos empregos não são capazes de eleva-las a condição de consumidores nos patamares dos trabalhadores dispensados nos países desenvolvidos.

Estatísticas mundiais mostram que quase a metade da população assalariada, vive abaixo da linha de pobreza. Em outras palavras, mesmo tendo empregos, a maioria não consegue consumir os produtos produzidos pela nova economia.

Isso significa que um novo modo de organizar a produção e distribuir a renda, é imprescindível a própria sobrevivência do sistema capitalista. A economia solidária não seria portanto uma forma de “enfrentar” o capitalismo e sim de solucionar os problemas que ele próprio talvez não consiga superar.

Tornando o maior número possível de pessoas livres da dependência do salário como única fonte de renda, as possibilidades de expansão do mercado se tornam praticamente ilimitadas.

Um sistema que passe a “explorar” as máquinas e incluir pessoas na classe burguesa, se tornaria virtualmente impermeável a crises cíclicas de superprodução ou limitação dos mercados. Os limites (a considerar seriamente) seriam apenas os recursos naturais do planeta.

Conclusão.

No momento em que encerramos essa série de textos, inicia-se em Porto Alegre, o V Fórum Social Mundial. Muitos dos “novos movimentos” que ali se manifestam, derivam em grande parte da crise terminal da classe trabalhadora.

Exatamente no dia 26 desse mês de janeiro de 2005, acompanhamos pela mídia a abertura do V Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O evento de abertura foi extremamente atraente e estimulante. O problema é que a enorme multiplicidade de temas discutidos poderá levar a iniciativa à irrelevância.

Algumas críticas ao FSM já vêm acontecendo desde algum tempo. Entre elas a de que o evento em si não passaria de uma forma de transformar o “povo de Seattle”, de uma turba agressiva e até violenta, em marchas de protestos e “bloqueios” de eventos de “gente grande”, em dóceis participantes de um colorido carnaval, bem ao gosto brasileiro.

Alguns apontam para a apropriação de partidos políticos como o PT, que não tem mais nada de “movimento social”, do centro do palco. Outros já enxergam em tudo isso apenas uma espécie de “turismo político”, útil para estabelecer redes de contatos e intercâmbio de idéias, mas sem maiores conseqüências. Sou dessa última opinião.

Para quem não se lembra ou não sabe, as manifestações de Seattle foram “convocadas” pelo International Forum on Globalisation, o IFG, do qual foi fundador, entre outros, Jeremy Rifkin, o autor de “O Fim dos Empregos”. Essa obra, de 1995, foi a primeira a alertar, sem rodeios, para a decadência da classe trabalhadora.

O livro causou certo impacto na época, mas logo uma avalanche de trabalhos acadêmicos, artigos, comentários, livros e peças de mídia, trataram de “demonstrar” que o autor estava errado. As novas tecnologias iriam, na verdade, gerar mais e melhores empregos. O mercado iria cuidar disso.

Dez anos depois, a realidade já se torna bem mais visível. A brutal concentração de renda, a exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho, o deslocamento em massa de empregados sindicalizados e de classe média, para a condição de autônomos, temporários, “just-in-time”, terceirizados e informais, mostraram que Rifkin e outros como ele tinham razão.

A busca por soluções acabou esbarrando num vazio teórico. Ao longo de muitas décadas, lideranças sindicais, políticas, religiosas e acadêmicas, se acostumaram a lidar com a exploração da classe trabalhadora, mas não com sua exclusão, provocada pelos novos paradigmas tecnológicos.

Os teóricos da economia de mercado, se acomodaram a idéia de que vivíamos apenas uma terceira revolução industrial, que como as outras, causaria desemprego num primeiro momento, mas logo a seguir, a própria prosperidade criaria infinitas oportunidades de negócios e empregos. Não contavam com as tecnologias flexíveis, que afetam toda a indústria, comércio e serviços simultaneamente.

Os partidos políticos ligados de alguma forma aos interesses dos trabalhadores, foram pegos de surpresa pelo rápido enfraquecimento dos Estados nacionais. Os sindicatos de base regional ou no máximo nacional, foram surpreendidos pela velocidade da descentralização da produção.

É nesse quadro que surgiu o “povo de Seattle”, uma mistura heterogênea de desempregados, anarquistas, minorias étnicas, ecologistas, feministas, gays, defensores de animais, de ruas e parques, grupos violentos como os “Black Blocks”, pacifistas intransigentes, e tudo quanto se possa imaginar de ideologias e excentricidades.

Apesar do folclore e do carnaval, a “gente grande” da OMC foi pega de surpresa. Mas logo de recuperou e tratou de enquadrar o movimento. Para seu alívio, a questão central, ou seja a inexorável decadência da classe trabalhadora, se diluiu num oceano de discussões bizantinas.

Para melhorar ainda mais as coisas, não se levantou a mais perigosa de todas as reivindicações: “Queremos nossa parte do mercado”. Ao contrário, uma das poucas coisas a unir a Babel dos descontentes era a execração do mercado e dos negócios em geral. Que alívio para os CEO’s entrincheirados em seus hotéis de luxo!

A partir daí foi fácil “provar” que os manifestantes eram apenas “desordeiros” que na realidade lutavam contra o progresso e o desenvolvimento. Com o inestimável auxílio da mídia, que alias até hoje não entende nada do que de fato está em jogo, o que poderia virar um confronto sério sobre os rumos da economia mundial, transformo-se em festas e shows de rock.

Para o lado “sério” do “povo de Seattle” tratou-se de organizar eventos como o Fórum Social Mundial, com todos os participantes devidamente inscritos, pagando uma taxa, com direito a kit do evento, ostentando crachás e se dividindo em simpósios bem comportados. Tudo como nas mais respeitáveis feiras de negócios. Os mais exaltados, estão sendo aos poucos neutralizados.

É claro que a solução não é quebrar lojas do McDonalds, mas também é evidente que a discussão real está lá em Davos na Suíça, no Fórum Econômico Mundial. É lá que a classe trabalhadora tem de “estragar a festa” com a pergunta que todos temem: “Como nós os operários, camponeses, torneiros mecânicos, engenheiros de produção, gerentes, contadores, designers e auditores contábeis, vamos viver?”

A resposta será a preferida dos sacerdotes do novo culto universal contemporâneo, ou seja “O mercado proverá”. “Então vamos discutir como iremos participar dele”, deve ser a resposta e a base de uma nova postura da classe trabalhadora diante da nova realidade. Esse é de fato o único “outro mundo possível”.

Bibliografia:

Relacionamos um conjunto de obras que serviram de base para nossas reflexões. A referencia a qualquer obra não significa que a mesma tenha sido diretamente citada.

Clássicos

Marx, Karl-O Capital-Abril Cultural-1983

Ricardo, David-Princípios de Economia Política e Tributação-Abril Cultural-1974

Smith, Adam-Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações-Abril Cultural-1974

Weber, Max-A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo-Abril Cultural-1974

Economia e finanças

Frank, Thomas-Deus no céu e o mercado na terra-Editora Record-2004

Galbraith, John Kenneth-A Era da Incerteza-Livraria Pioneira Editora-1980

Galbraith, John Kenneth-O Novo Estado Industrial-Livraria Pioneira Editora-1983

Galbraith, John Kenneth-Anatomia do Poder-Livraria Pioneira Editora-1984

Galbraith, John Kenneth-A Economia das Fraudes Inocentes-Campânia das Letras-2004

Sociologia e política

Castells, Manuel-A Sociedade Em Rede-Editora Paz e Terra-2003

Castells, Manuel-O Poder da Identidade-Editora Paz e Terra-2002

Castells, Manuel-Fim de Milênio-Editora Paz e Terra-2002

Dupas, Gilberto-Economia Global e Exclusão Social-Editora Paz e Terra-2001

Dupas, Gilberto-Ética e Poder na Sociedade da Informação-Editora Unesp-2002

Rifkin, Jeremy-O Fim dos Empregos-Makron Books-1996

Tauile, José Ricardo-Para (re)construir o Brasil-Editora Contraponto-2001

História

Diamond, Jared-Armas, Germes e Aço – Os destinos das Sociedades Humanas-Editora Record-2002

Heers, Jacques-História Medieval-Difel – Difusão Editorial S/A-1985

Néré, Jacques-História Contemporânea-Difel – Difusão Editorial S/A-1981

Anarquismo

Proudhon, Pierre-Joseph-Do Princípio Federativo-Editora Imaginário-2001

Woodcock, Geoge-Os Grandes Escritos Anarquistas-L & PM Editores-1981

Woodcock, Geoge-Anarquismo – A Idéia-L & PM Editores-1983

Woodcock, Geoge-Anarquismo – O Movimento-L & PM Editores-1984

Ética Hacker

Castells, Manuel-A Galáxia da Internet-Jorge Zahar Editor-2001

Himanen, Pekka-A ética dos Hackers-Editora Campus-2001

Medeiros, Assis-Hackers – Entre a Ética e a Criminalização-Visual Books-2002

Economia solidária

Singer, Paul-Introdução a Economia Solidária-Editora Fundação Perseu Abramo-2004

Singer, Paul e André Ricardo de Souza-A Economia Solidária no Brasil-Editora Contexto-2000